



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

ATA N.º 59/XIII-4º/2021-25

1 – Aos vinte e dois dias do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro, pelas 20H15, na Sala Pablo Neruda, Fórum Romeu Correia, sita na Praça da Liberdade, em Almada, realizou-se a reunião da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Almada de debate sobre o Estado do Município, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Período de Intervenção dos Cidadãos;

2 – Período da Ordem do Dia:

2.1 – Debate sobre o Estado do Município.

2 – Instalou-se a Mesa da Assembleia Municipal constituída pelo Senhor Presidente Ivan Gonçalves, pelo 1.º Secretário Ivo Almeida e pela 2.ª Secretária Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS); Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); Olga Natália Maia Mariano (PS); José Alberto Azevedo Lourenço (CDU); Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU); João Eduardo Alves de Moura Geraldês (CDU); Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Sónia Tchissole Pires da Silva (CDU); Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU); Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); Luís Amado Durão (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); Pedro Miguel Celestino Pereira (BS); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Rafael Fernando Aranha Domingues dos Santos (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS); Pedro Miguel de Amorim Matias (PS); José Ricardo Dias Martins (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).

4 – Nos termos e para os efeitos do n.º 3, do artigo 42.º, do Regimento da Assembleia Municipal, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS), Bruno Ramos Dias (CDU), Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU), Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU), António Francisco Salgueiro (PSD) e Inês Pezarat Correia Bom (BE), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Luísa Maria Freire Galvão (PS) por impedimento de Pedro Manuel Branca Lêdo (PS); António Paulo Júnior (CDU), António José Olaio da Silva (CDU) por impedimento de Andreia Sofia Egas (CDU), António Abrantes de Almeida (CDU), José Manuel Raposo Gonçalves (CDU), Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU) e António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU); Maria Teresa Morato Silva Rodrigues Cardinho (CDU); Ana Catarina Ribas Lopes (PSD) por impedimento de Sónia Raquel Mota Faria (PSD), Paulo Alexandre Ribeiro Sabino (PSD), Gonçalo Filipe Dias de Correia Fernandes (PSD), João Carlos da Silva Antunes (PSD) e Aurora Maria dos Santos Moreira (PSD); e Fátima Maria Silva Nogueira Marras (BE).

4.1.2 – A Senhora Presidente de Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria (PS), Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS), solicitou a sua substituição pelo eleito João Pedro Eixa dos Santos (PS).

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais em vigor, não se registaram faltas.

4.2 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência da Senhora Vereadora Joana Rodrigues Mortágua (BE).

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

5.1 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Múncipes Nuno Terrenas e Débora Muzzi.

5.1.1 – O Senhor Múncipe Nuno Terrenas:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em nome das Escolas do Desportivo da Cova da Piedade, saudamos todos os presentes e desejamos votos de bom trabalho ao serviço do nosso Concelho e da nossa população.

Voltamos a intervir nesta sessão, para informar do ponto de situação de um projeto já aqui trazido em Abril. Trata-se da edição de um Livro que terá por título: “Movimento Associativo Almadense 50 Anos de liberdade, democracia e participação a desenvolver Almada e o país!”

Esta publicação tem por objetivo analisar, identificar e perspetivar a situação das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto no Concelho de Almada entre 1974 e 2024.

Será igualmente um estudo com a vertente empírica, assegurada pelas centenas de Dirigentes que irão participar, dos Dirigentes da Associação das Colectividades do Concelho de Almada, e do contributo científico dos investigadores das Escolas do Desportivo.

Este projeto conta como apoio da Confederação Portuguesa das Colectividades.

Centrará a sua estrutura em três vertentes:

- Associados de forma quantitativa, qualitativa e participativa;
- Dirigentes quanto às disponibilidades, apoios reconhecimentos particularmente dos jovens e mulheres;
- Relações internas nas Colectividades e relações externas com os vários poderes locais de onde se destacam as Autarquias, empresas, comunicação social, ensino e o próprio associativismo de forma mais ampla.

Do ponto de vista cronológico, este trabalho tem 3 fases, encontrando-nos na 2.^a fase. Estamos na fase de recolha de questionários a que se seguirá a análise e tratamento dos dados recolhidos. Abrangerá todas as Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto do Concelho (mais ou menos 200), as quais já foram convidadas e estão a colaborar.

É um projeto previsto para 334 dias, dos quais já passaram 156 dias. Prevemos a apresentação deste trabalho para o dia 31 de Maio de 2025, dia Nacional das Colectividades, estando garantida a presença do Presidente da Confederação Portuguesa das Colectividades.

Quanto a estrutura do Livro, importa deixar aqui alguns elementos:

Terá um Índice, nota de abertura, agradecimentos e uma introdução à história do associativismo popular em Almada.

No que respeita a caracterização mais geral, serão apresentados dados estatísticos da população e das variáveis associados, dirigentes e atividades, comparando a sua evolução ao longo dos últimos 50 anos.

Será analisada a evolução quanto constituição de novas Colectividades e associações de cultura, recreio e desporto, mas também ao seu encerramento.

Serão analisadas todas as formas de associativismo e as respetivas atividades. Cada Colectividade respondente ao questionário terá uma página assegurada na edição.

Neste estudo, será ainda considerada e avaliada toda a legislação nacional existente e destinada ao associativismo de cultura, recreio e desporto, bem como a existência de Regulamentos Autárquicos.

Será despendida uma listagem de contactos de entidades internacionais, nacionais e locais que tenham direta ou indiretamente a ver com as Colectividades.

Serão apresentadas conclusões e recomendações aos vários poderes.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Por fim, da Última vez que aqui estivemos para informar sobre este assunto, deixámos o convite a todos os Órgãos Autárquicos que desejassem mais informação para decidirem da sua manifestação de interesse em que se constituam como parceiros da ACCA e das Escolas do Desportivo neste projeto.

Voltamos a disponibilizarmo-nos para conversar e aprofundar a informação sobre este projeto. Ao fazê-lo neste órgão municipal, sabemos que estamos a chegar a todos os Órgãos Autárquicos (deliberativos e executivos), no mesmo tempo e do mesmo modo.

Este é um modelo de relacionamento da maior transparência e sentido de parceria. Aguardarmos pelas vossas posições e desejarmos os maiores êxitos autárquicos e felicidades pessoais:”

5.1.2 – A Senhora Muniçipe Débora Muzzi:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Venho à Assembleia Municipal, apresentar questões importantes para a reflexão dos presentes em relação à orçamentação para mobilidade ativa no Concelho de Almada.

O meu nome é Débora Muzzi, moro em Almada desde 2019, e estou aqui em representação da Associação Inspira Mobilidade, que foi apresentada aos Senhores/as Deputados/as Municipais, nesta casa em 28 de setembro de 2024.

Para lembrar, somos um grupo eclético de munícipes, das diversas Freguesias de Almada, que querem e estão a debater, identificar pontos de melhoria e propor soluções para questões urgentes em relação às políticas de mobilidade do nosso Concelho.

Porque estamos aqui hoje? Estamos aqui hoje para refletir sobre a proposta de Rede Ciclável de Almada, apresentada pela Câmara Municipal este ano.

A anterior proposta de Rede Ciclável do Concelho de Almada, era datada de 2005 e previa a implementação de duzentos e vinte e cinco quilómetros de rede ciclável, dos quais foram implementados apenas trinta e dois quilómetros.

Esta nova rede ciclável apresentada agora em 2024, traz um novo planeamento depois de quase vinte anos de uma execução ínfima, quase inexpressiva do que se pretendia em 2025. Com todos os problemas diagnosticados em 2025. Com as propostas de solução para 2025. Com os agravamentos das alterações climáticas de 2024, com as grandes dificuldades impostas pelo tráfego cada vez maior de veículos de 2024, com os transportes públicos com capacidade esgotada em 2024 e com as vias entupidadas em 2024.

Após a apresentação de mudanças conceituais, tipológicas e de hierarquia das vias, o novo documento propõe cento e noventa quilómetros de rede ciclável até 2030, de forma faseada, sendo que a primeira fase seria de curto prazo já para 2025, com prioridade para resolver as continuidades existentes em alguns eixos específicos identificados, nomeadamente a que passa de Cacilhas/Almada até à Costa da Caparica, e de Cacilhas/Laranjeiro até Corroios.

Esta fase até 2025, constituiria somente nesses eixos, dar manutenção e percursos totalmente degradados onde já nem se percebe que algum dia existiu ali um troço de ciclovia, construir novos troços de ciclovia no sentido de unir as existentes, instalar parqueamentos seguros junto das interfaces com os transportes públicos. Ressalve-se que esses eixos segundo o próprio documento seriam de realização do período de 2023 a 2025, nada foi feito até ao momento.

Tudo isto considerando o conjunto extenso de orientações e condicionantes, nem sempre favoráveis, a existência de uma via ciclável como deve ser, com segregação principalmente em relação aos automóveis, mas também para proteger os peões.

Então, o que pretendemos? Apesar de estar muito longe de uma proposta ideal, e sabemos que o ótimo é inimigo do bom, somando à relevante execução do plano anterior de 2005, viemos aqui apoiar todas as iniciativas da Câmara Municipal de Almada, que permita aos munícipes de Almada terem a possibilidade de



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

melhorar a sua mobilidade em bicicleta, um meio que fortemente consideramos ser saudável e sustentável, tanto economicamente como do impacto ambiental.

Assim, gostaríamos de saber se continuam as propostas de executar toda a fase um até 2025?

Qual é o valor do investimento previsto para esta fase que vai até 2025?

Este valor já está a ser alocado no orçamento para 2025?

Já existe um planeamento das obras de infraestruturas a adquirir para 2025?

Em outubro passado, o Governo lançou o pacote Mobilidade Verde, que conclui apoios essenciais aos Municípios tais como a instalação de ciclovias intermunicipais.

Perguntamos, a Câmara Municipal de Almada pretende tirar proveito desses incentivos financeiros?

A Associação Inspira Mobilidade, enviou um email à Câmara Municipal de Almada no dia 23 de outubro de 2024, para poder colaborar e sermos auscultados nessa proposta de candidatura que é até ao final de novembro, à qual ainda não obtivemos resposta.

No fundo, o que gostaríamos, é que essa intervenção que pretende em termos de rede ciclável, não seja mais uma oportunidade perdida, que ela seja eficiente, efetiva, independentemente de iniciativas anteriores neste tema e que o uso do erário seja feito da forma correta sem nenhuma perda ou desperdício.

Portanto, apresentamo-nos mais uma vez, disponíveis e com capacidade para participar na discussão dessa sessão de mobilidade que está em preparação no Município, garantindo a sua boa aquisição e implementação. Estamos disponíveis para colaborar não apenas com esta Assembleia Municipal, mas também com o executivo municipal, departamentos, forças partidárias com ação em Almada e que em conjunto de forma participativa e consultiva, sejamos capazes de desenhar e promover soluções para este desafio.

Termino colocando uma pergunta: como irá ser executado o plano ciclável se não houver verba dedicada para o orçamento municipal de 2025 e sem que a Câmara Municipal recorra aos apoios financeiros que o Governo propõe.”

5.2 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

5.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Múncipe Nuno Terrenas, eu peço desculpa não estar exatamente recordada quando cá vieram em maio, mas quero desde já felicitar a ACCA pelo estudo que lançou. Devo dizer que, reuni várias vezes com a ACCA nesse sentido, de a ACCA poder fazer esse levantamento. É, portanto, com grande satisfação que vejo que esse estudo está a ser feito e quero deixar desde já a minha disponibilidade.

De facto, com a Escolas do Desportivo não reuni, mas com a ACCA reuni. E, estou certa que, este estudo será fundamental (na altura até chegamos a falar com eles), será fundamental para termos de facto, um retrato que será sempre um retrato momentâneo, sabemos bem porque felizmente, o nosso movimento associativo é muito dinâmico, mas é fundamental termos esse retrato. Portanto, desde já parabéns pelo trabalho realizado e desde já nos disponibilizamos naturalmente, para conversar, para prestar os esclarecimentos ou para colaborar naquilo que acharem que é necessário.

Portanto, muito obrigada. Já percebi que estão na segunda fase e não sei se, entretanto, já contactaram com algum serviço do Município, mas desde já fica aqui o compromisso e a disponibilidade.

Relativamente à Senhora Múncipe Débora Muzzi.

Ainda bem que lembrou o que era a antiga rede ciclável e o que foi realizado. Permita-me que diga que desde que chegamos já fizemos mais quilómetros de rede ciclável do que nos vinte e cinco anos da anterior rede ciclável.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Agora, este documento da rede ciclável, é um documento estruturante. Há, no entanto, uma questão que eu já referi em várias reuniões de Câmara e que tanto os serviços de planeamento como os serviços de obras sabem já. À partida toda a requalificação de via deve sempre, desde que esteja no âmbito do desenho geral da rede ciclável, incluir a possibilidade de uma rede ciclável. A grande aposta que fizemos e ainda bem que a ouço dizer que o ótimo é inimigo do bom, nós podemos fazer planos fantásticos, mas quando eles não são realizáveis, são inúteis. Portanto, era importante criar e identificar justamente, estes pontos de interação, mas é um bocadinho como colocar o ambiente junto do planeamento urbanístico. Aqui também, toda e qualquer obra de reabilitação, desde que haja condições para o fazer, deve incluir uma rede ciclável. Como deve incluir aliás, as acessibilidades que é outra questão, não pode haver um plano de acessibilidades à parte das obras, como não deve haver um orçamento à parte para as acessibilidades das obras, a não ser nalguns casos muito específicos, na adaptação dos edifícios, em zonas muito pequenas. Mas, a garantia das acessibilidades e a garantia da criação de uma rede ciclável, faz parte integrante neste momento de todo e qualquer projeto de reabilitação desde que ele seja possível. Porque é verdade e por isso é que a rede ciclável foi apresentada e está estruturada assim, e se vocês virem bem, o que está previsto, é que para além das redes estruturantes, teremos que fazer estudos mais em particular, porque queremos criar dentro das Freguesias, dentro de algumas zonas de moradias, queremos favorecer zonas exclusivamente para residentes, ou zonas exclusivamente pedonais e cicláveis, desde que possamos articular com o transporte público e com a garantia também, do direito que as pessoas têm a ter o seu transporte individual como é evidente.

Portanto, quando me pergunta qual é que é a verba, a verba está incluída à partida em todas as obras de requalificação das vias. Foi o caso na Estrada Florestal, que é a mais evidente, foi o caso na Avenida do Mar, que é a mais evidente, e que foram incluídas.

Ainda lançamos no mandato anterior, estudos para a possibilidade de colocar uma rede ciclável no eixo central. Percebemos que é muito difícil pela estreiteza e a articulação entre o metro e o pequeno número de vias, muito dificilmente a não ser que arrancássemos todas as árvores da Avenida, não conseguíamos colocar ali uma rede ciclável. Isso significa que vamos ter que criar circuitos alternativos para esse mesmo percurso. E provavelmente também circuitos mais fáceis de preencher porque também temos a questão das quotas, da qualidade, etc.

Agradeço a pergunta para deixar aqui claramente dito. A criação de redes cicláveis hoje em dia, faz parte integrante de qualquer obra de requalificação na mesma medida que a garantia das acessibilidades. Desde que, as condições do território permitam. Quando não permitem, temos que encontrar e fazer estudos específicos para a possibilidade de um circuito alternativo.

Portanto, desde já agradeço a vossa disponibilidade para debatermos, para identificarmos e para criarmos esses circuitos alternativos.”

6 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

6.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da agenda, relativo ao Debate sobre o Estado do Município;

6.2 – Para abrir o debate usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, nos termos do n.º 2, do artigo 70.º, do Regimento da Assembleia Municipal.

6.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Realizamos hoje o último debate do Estado do Município deste Mandato. Por isso mesmo, é o momento onde devemos promover uma reflexão alargada sobre como encontramos o Concelho há sete anos atrás, como ele se encontra atualmente, e o que pretendemos que Almada seja no futuro.

E é verdade, já passaram sete anos, apresentamo-nos por isso, aqui, com o orgulho do nosso trabalho, das nossas realizações e conquistas, graças aos serviços municipais, aos trabalhadores do Município, dos SMAS e de todas as Agências e Empresas Municipais, da WEMOB, da AGENEAL, da NOVALMADAVELHA e da ARRIBATEJO.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Trabalho esse, que tem duas dimensões, uma mais imediata e perceptível para a população, outra mais estruturante.

E aproveito para começar este debate pelo trabalho estruturante que aproximou o trabalho autárquico das populações, que trouxe mais transparência, mas também mais regularidade e fiabilidade.

Quando o Partido Socialista chegou ao executivo, poucos acreditavam que tal seria possível. Asseguro-vos, que muito menos acreditariam nas condições que existiam na Autarquia.

Faltavam normativos e regulamentos, faltava critério e transparência na atribuição de apoios, faltava regularidade e continuidade, e o que havia em excesso de problemas, escasseava nas soluções para os desafios atuais, era uma instituição anacrónica.

E desculpem dizer isto, ainda hoje passados sete anos, estamos a resolver os problemas que encontramos lá atrás, ou que fomos encontrando ao longo deste percurso. Seja no licenciamento urbanístico, seja na atribuição de apoios sociais ou nas cedências e nos direitos de superfície atribuídos, nos apoios aos clubes e associações, ou até na prestação pública e informação.

Os procedimentos da Autarquia, são hoje mais transparentes e participativos do que alguma vez foram. Por isso, contribuíram não apenas os regulamentos que fomos aprovando ao longo destes dois mandatos, mas também a criação do Orçamento Participativo Jovem, do Orçamento Participativo, e também muito, muito importante, a criação de apoios e contratos programa plurianuais. O caso mais evidente e de todos conhecidos, são os apoios aos nossos Bombeiros, mas também a revisão do nosso regulamento de apoios públicos, não apenas definiu critérios com tornou as decisões escrutináveis, aumentando assim os direitos dos concorrentes e mais importante ainda, criou regularidade.

Hoje, seja na área social, desportiva, cultural ou até ambiental, todas as associações e IPSS's sabem que podem contar com dois períodos de candidaturas por ano, e sabem sobretudo, quando obterão uma resposta aos seus pedidos, isto para além dos protocolos que assinamos em simultâneo.

Mas também aumentamos todos os momentos em que a Câmara Municipal e o seu executivo, prestam contas. A promoção deste mesmo debate, é uma das provas disso. E agradeço à Assembleia Municipal, na figura do seu atual Presidente, mas também do seu anterior Presidente aqui presente, José Courinha Leitão, que desde o primeiro ano se mostrou disponível e nas pessoas deles todos os Deputados Municipais, se mostraram disponíveis para responder positivamente, à nossa proposta de criação desta sessão especial para debatermos o Estado do Município.

Deixo, portanto, a primeira ideia sobre o Estado do Município. Almada tem hoje mais transparência na tramitação dos seus procedimentos, Almada hoje presta mais contas do que alguma vez prestou no passado.

Além disso, outra das realizações menos perceptíveis no imediato, mas que os números revelam, foi o aumento da centralidade de Almada na Área Metropolitana. Continuamos a atrair residentes para o nosso Concelho, continuamos a atrair visitantes, quer pelos eventos que realizamos, quer pelo nosso património cultural e natural. Mas sobretudo, temos uma série de investimentos privados previstos que aguardam de forma tão impaciente como nós próprios o fazemos, a conclusão da revisão do nosso Plano Diretor Municipal, agora apenas dependente do bom senso da Administração Central e das suas entidades.

Sabemos dos desafios que enfrentamos com esta maior centralidade, mas é com alegria e energia que continuamos a enfrenta-los.

Fica aqui a segunda ideia sobre este debate.

Almada ocupa hoje o lugar central na Área Metropolitana de Lisboa, que é seu por direito.

Mas, minhas Senhoras e meus Senhores, poderia ainda falar das melhorias ao nível das condições de trabalho dos nossos trabalhadores, ao nível de todo o universo municipal, aproveito por isso e para não ser demasiado longa, para partilhar o orgulho que temos pelo facto da WEMOB ter recebido há poucos dias, por parte da CITE



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

– Comissão para a Igualdade no Trabalho e Emprego, o Selo da Igualdade Salarial 2024, pelas suas boas práticas na promoção da igualdade remuneratória. Parabéns WEMOB.

Mas comecemos a abordar as questões mais visíveis e tangíveis.

Se falamos em aumento da população, teremos que falar invariavelmente do tema da habitação. Não vou comentar como estavam as habitações municipais quando aqui chegamos, mas posso falar de como estão hoje.

Além do regulamento que aprovamos para atribuição de habitação, o que permitiu clarificar a forma como são selecionados os agregados para a habitação pública, estamos a reabilitar todo o nosso parque habitacional. Mas as obras de manutenção só por si, não permitem responder à procura crescente que estamos a sentir. Temos que lembrar toda a resposta conjunta e articulada da Câmara Municipal, para a construção, reabilitação e aquisição de fogos para enfrentar a crise da habitação e por fim, a eliminação da habitação indigna no nosso Concelho.

Não tenho tempo aqui para relembrar em detalhe, as operações do 2º Torrão e agora das Terras do Lelo, mas estaremos disponíveis naturalmente, para a fase de debate.

Neste mandato só, já realizamos mais de duzentos realojamentos e atribuições de novas habitações, estando em fase de obra cerca de cento e cinquenta novas construções. Graças ao protocolo com o IHRU, já se encontram em fase de obra cerca de trezentos fogos para habitação acessível, estando para arrancar mais quatro blocos de modo a concluir a primeira fase do projeto de construção de três mil e quinhentos fogos.

Não posso também deixar de referir porque não seria justo, os muitos investimentos privados dos quais o Almar no Laranjeiro, já em início de obra, é apenas o exemplo.

Senhoras e Senhores Deputados Municipais, a habitação é uma questão maior para a garantia de um estado social forte e justo, mas infelizmente, não se resolve com proclamações. Demora tempo e precisa de meios de forma continuada. Estamos a cumprir os nossos compromissos, definidos na nossa Estratégia Local de Habitação, através de todos os instrumentos que temos disponíveis, seja a Porta de Entrada, o 1.º Direito, ou o PRR, sobre o qual não me vou alongar aqui hoje, pois, roubaria todo o tempo necessário. Mas, não deixamos de lembrar, que esperamos que o Estado Central, também não esqueça de cumprir aquelas que são as suas próprias obrigações e primeiras ao nível da habitação.

Por isso, aqui fica a minha terceira ideia para este debate.

Temos hoje e teremos no futuro, mais e melhor habitação e sobretudo mais acessível em Almada. Temos ainda caminho para fazer, é verdade, mas como dizia um grande homem, só perde quem desiste de lutar.

Mas que esse caminho também corresponda aos caminhos que já fizemos. Orgulhamo-nos em ter melhorado a acessibilidade e os transportes no Concelho. Todos se lembram como foi difícil o arranque da nova rede de transportes rodoviários em Almada. Mas felizmente, já poucos se lembram da miséria de oferta que havia no nosso território e em particular em certas zonas como a Charneca de Caparica e Sobreda, onde essa oferta era praticamente inexistente. Hoje Almada, é dos Municípios da Área Metropolitana que mais aumentou a utilização do transporte público. É verdade, que o aumento da população não permitiu uma redução equivalente do transporte individual, mas por isso mesmo, continuamos a lutar e trabalhar para criar alternativas.

A extensão da linha do metro até à Costa da Caparica e à Trafaria, deixou de ser uma miragem e espero que até fevereiro próximo, possamos fazer a apresentação pública dos projetos de traçados que estão a ser realizados pelo Metro de Lisboa em colaboração com a TML.

Mas não esquecemos a necessidade de requalificação da nossa rede viária, pois ela também é fator de desenvolvimento do território. É impressionante relembrar como a requalificação da antiga Estrada Nacional 377, na Charneca de Caparica, alterou o paradigma da economia e do comércio local na Freguesia.

Mas podíamos também falar da reabilitação da Avenida do Cristo Rei, a um ponto de visita do nosso Concelho, da Estrada Florestal, da Avenida do Mar, e nestes casos como foi importante criar em simultâneo, redes clicáveis,



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

já para não falar de requalificações mais pequenas, mas igualmente imprescindíveis, como a Petrónio Amor de Barros e tantas outras que eu hoje aqui não tenho tempo nesta primeira intervenção de elencar.

Todas estas concretizações permitem afirmar hoje, que temos mais e melhores acessibilidades, temos hoje uma melhor rede de transportes em Almada.

Minhas Senhoras e meus Senhores, além da herança que recebemos do anterior executivo, também recebemos escolas e centros de saúde no âmbito da transferência de competências do Poder Central para as Autarquias, com instalações e equipamentos em estado deplorável. E quem quer ter filhos em escolas sem um mínimo de condições? Quem quer enfrentar uma doença num local que não possa receber com dignidade? Nenhum de nós e nós enquanto executivo da Câmara Municipal, não o aceitamos.

Ainda antes das transferências, não hesitamos em alargar a oferta da Carlos Gargaté e da empreitada record da retirada do amianto das instalações das treze escolas. Ou seja, hoje, as nossas escolas, por fim, já não têm amianto. Mas muitas outras reabilitações, de maior ou menor dimensão se seguiram, quarenta e oito ao todo no último ano e meio. Quarenta e oito intervenções de urgência em escolas, das quais por exemplo, a Conceição e Silva é apenas uma e até no âmbito do cumprimento da Carta Educativa que também foi feita e revista.

Já para não falar dos dois grandes projetos de nova construção na António Gedeão e o novo Centro Escolar da Trafaria.

E na saúde, apesar de termos recebido as competências neste domínio apenas no início deste ano, asseguramos diariamente, reparações fundamentais ao seu funcionamento, como a empreitada por exemplo, tão simples, para reabilitar todos os sistemas de ar condicionado.

Mas também, já vamos lançar para a próxima semana e nas duas seguintes, a construção, a empreitada, já não é projeto, para a construção de dois novos centros de saúde. O de Feijó e o da Costa da Caparica.

Mais e melhor educação, mais e melhor saúde, sim, são estas as conclusões e o estado atual do Município.

E temos mais exemplos, em matéria de espaço público, não esquecemos tudo o que foi feito ao nível dos espaços verdes, a criação do Parque Atlântico, os Caranguejais, o Jardim da Cova da Piedade, o futuro Parque Urbano da Charneca de Caparica, ainda a extensão do Parque da Paz, não esquecemos o Largo de Cacilhas, não esquecemos o pedonalização da Capitão Leitão, não esquecemos a reabilitação do nosso património desde os espaços do Concelho ao Convento dos Capuchos, à Casa da Cerca, não esquecemos o programa de reabilitação de arte pública, que já vai em quase uma dezena de intervenções.

Poderíamos fazer muito mais, nomeadamente ao nível a nossa frente marítima, atlântica e a nossa frente ribeirinha, mas para isso precisamos que as amarras que Poder Central nos coloca, os entraves sistemáticos que o Poder Central nos coloca, não condicionem as ações do Município.

Senhoras e Senhores Deputados Municipais, sei que também reconhecem todos, quer queiram quer não, estes méritos, apesar de por vezes votarem, acredito, que um pouco contra a vossa vontade, contra as propostas que realizamos. É com bastante espanto que vimos por exemplo, votos contra o programa das formações desportivas, temos dúvidas em entender e temos dificuldade em entender.

Gostaria de falar aqui ainda, do muito que foi feito, ao nível da cultura, ao nível do desporto, ao nível dos apoios sociais, mas aqui os dezassete minutos que tenho disponíveis não chegariam e estou a ver que estão quase a chegar ao fim.

Porque Almada de hoje recebe e reconhece mais e melhor, porque Almada de hoje é mais próxima, mais inclusiva e mais participativa.

Premiamos o reconhecimento de todos aqueles que se dedicam a Almada, para isso foram revistas as atribuições de nome de ruas, a toponímia para que seja um sistema participado também, para isso criamos as Galas da Educação e do Desporto e estamos sempre disponíveis para abrir de novo à população.

Queremos políticas públicas mais participadas para todos.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Almada está de facto melhor, está mais transparente, mais central, mais dinâmica, mais resiliente e não tive tempo aqui para falar de todas as ações ao nível do ambiente, do Centro de Recolha Animal, da reabilitação do edifício da EDP, da Bateria da Raposa, da Polícia Municipal, muitos são os projetos dos quais eu poderia ainda falar aqui.

Por isso, neste debate e estando disponível para as vossas respostas, deixo apenas uma imagem. Almada está em movimento, um movimento acelerado, Almada não pode nem parar, nem retroceder.”

6.3 – Iniciou-se o debate nos termos do n.º 3, do artigo 70.º, do Regimento da Assembleia Municipal;

6.4 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP);

6.4.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente, nós fomos brindados aqui, rapidamente, com uma edição da revista “Almada”, onde a Senhora Presidente diz na capa, “Almada é o melhor sítio para se viver e trabalhar na Área Metropolitana de Lisboa”. A senhora Presidente está a rir e realmente achamos que é uma piada, com certeza não conhece Cascais, até Loures, não conhece outros Concelhos na Área Metropolitana senão, não diria uma coisa destas.

Citando Salgueiro Maia quando dizia: “E o estado a que isto chegou”, e nós também podemos dizer: “É o estado a que Almada chegou”. O estado a que Almada chegou por culpa do seu executivo e da Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente apresenta aqui um conjunto de propaganda, está no seu direito como é óbvio, mas também parafraseando um Ex Primeiro Ministro, “É muito pouquinho”, para um trabalho de dois anos, nomeadamente este último mandato, é mesmo muito pouquinho.

Senhora Presidente, eu lembro, a Senhora Presidente tem com certeza conhecimento do que é a Bloom Consulting, no último estudo feito pela Bloom Consulting, o Concelho que a Senhora Presidente gere, baixou nove lugares. Portanto, eu não sei onde podemos ver que é a melhor cidade, o melhor Município para viver na Área Metropolitana de Lisboa.

Depois pergunto-lhe aqui por exemplo, falta de reconversão do espaço público onde está abandonado, o lixo e a higiene urbana, falta de soluções para os bairros de barracas, por exemplo, o 2.º Torrão que ainda não está resolvido, falta de investimento na Costa da Caparica e na Fonte da Telha, por acaso não vemos ali nada praticamente no exemplo de publicidade ou de propaganda que a Senhora Presidente aqui fez sobre a Costa da Caparica ou sobre a Fonte da Telha, falta de requalificação dos espaços públicos, das vias públicas. A Senhora Presidente falou há pouco dos Capuchos, Senhora Presidente, nem nos séculos XVIII e XIX se passa lá de cavalo, não sei se a Senhora Presidente conhece a estrada dos Capuchos.

O Ginjal, a Margueira, a EDP, as piscinas de São Paulo, as taxas elevadíssimas que os munícipes pagam na fatura da água, onde está o plano para o turismo, o plano para a economia, para o desenvolvimento e um plano para o investimento? Senhora Presidente, deixo-lhe aqui estas questões, com certeza vai me responder.”

6.4.2 – Usaram da palavra o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal para prestarem esclarecimentos ao Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP).

6.4.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu não tenho que justificar, basta ver a quantidade de pessoas que vêm morar para Almada e que gostam de morar em Almada. Se o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco prefere ir morar para Cascais, certamente Cascais ficará radiante de o receber.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Eu aqui naturalmente, reconheço aquilo que Almada tem de especial, e continuarei a afirmar com muito orgulho, que Almada é dos melhores sítios se não o melhor sítio, da Área Metropolitana para se viver e espero que em breve para trabalhar também.

Relativamente às obras dos Capuchos, Ginjal e Margueira, Senhor Deputado Municipal, já chega de demagogia, sabe bem que não está no âmbito da Câmara Municipal, isso sim é propaganda e é propaganda enganosa que o Senhor Deputado Municipal tem que avisar antes o que está a dizer – “O que vou dizer, não depende do Município, mas eu vou culpar o Município”.

Relativamente às obras dos Capuchos, está com azar porque o projeto também está concluído, vamos lançar em breve a obra.”

6.4.2.2 – O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à questão aqui referida sobre os Capuchos. Está em fase de execução, lançaremos a obra no próximo ano.

Também gostaria de realçar relativamente à Costa da Caparica, para além das intervenções que temos feito, quero aqui referir duas, a Rua do Juncal que vai ser agora intervencionada, uma obra que os SMAS também vão resolver, um problema estrutural de fornecimento de água à Costa da Caparica.

Também a questão das acessibilidades às praias, onde começaremos por fazer a intervenção para resolver os problemas das fossas em alguns apoios de praia.”

6.5 – Usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN);

6.5.1. – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É difícil discutir o Estado do Município em três minutos, mas vamos fazer o possível.

Queria começar por perguntar se a Senhora Presidente da Câmara considera que preparou Almada nos últimos sete anos, para enfrentar o maior desafio das nossas vidas que são as alterações climáticas.

Sem surpresas 2024 é o ano mais quente de sempre e tem sido repetidamente, este o caminho, cada ano é mais quente que o anterior.

Atingimos pela primeira vez, um aumento de um grau e meio de média global, aquele valor que muitos consideram o limite e que se for ultrapassado as consequências serão imprevisíveis e muito provavelmente catastróficas, sobretudo para as cidades à beira mar como é o caso de Almada.

Dito isto, volto a questionar, que importância tem a proteção ambiental para este Município?

Que medidas concretas estão em curso? Já reduzidos o número de automóveis na Cidade? Já reduzimos o consumo de energia e de água? Já reduzimos o consumo de carne e de peixe? Já estamos a educar as nossas crianças para o futuro com literacia ambiental que as circunstâncias exigem? Já preparamos a nossa Cidade para a subida do nível do mar e para as inundações e o calor extremo previsíveis?

Enquanto enfrentamos o maior desafio da humanidade, as alterações climáticas, é necessário ao mesmo tempo proporcionar condições dignas e seguras para os almadenses. As dificuldades no acesso à saúde, a habitação, o custo de vida, a qualidade de vida, demonstram que é preciso fazer mais e melhor.

Vimemos hoje tempos em que um agregado familiar que trabalha não consegue encontrar uma casa com renda acessível, o que dirá uma mãe solteira ou um idoso com uma reforma pequena.

E numa cidade que se quer justa e inclusiva, não podemos esquecer os animais, estamos há sete anos à espera do Nove Centro de Bem-Estar Animal. Considera a Senhora Presidente da Câmara este tempo aceitável numa



cidade como Almada? Quando será finalmente iniciada a obra deste projeto e qual o prazo previsto para a sua finalização? É isso que queremos saber.

Que resposta há hoje para os animais de colónia que adoecem ou para as cuidadoras que precisem de ajuda para a alimentação dos animais, são da responsabilidade do Município?

E os munícipes carenciados com animais que precisem de cuidados veterinários?

O PAN anda há sete anos a tentar resolver casos de maus tratos, de negligência, abandono, acorrentamento de animais, com o Serviço Veterinário Municipal, e, não obstante, a ajuda que o Gabinete do Senhor Vereador tem dado, só posso dizer que é absolutamente incompreensível o tempo de resposta e algumas das respostas enviadas, que demonstram uma total falta de sensibilidade e proatividade deste serviço.

A escassez de tempo impede-me de dar exemplos, mas são muitos os casos que poderão ter sido resolvidos com uma atitude diferente por parte do Serviço Veterinário Municipal. E por isso considero que Almada tem ainda muito caminho a percorrer na proteção animal.”

6.5.2 – Usaram da palavra o Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco e ainda a Senhora Presidente de Câmara para prestarem esclarecimentos à Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN).

6.5.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Deputada Municipal Margarida Paulos, eu vou apenas citar algumas das preocupações que temos.

Em primeiro lugar, o grande projeto que estamos ainda a elaborar com a grande candidatura com o LIFE para conseguir baixar justamente a temperatura de algumas das zonas mais centrais aqui perto mesmo, relativamente às alterações climáticas e aumento da temperatura.

Todo o projeto das micro florestas, todos os projetos presentes no PDM e que também já estamos a trabalhar dos Corredores Verdes e aliás, neste momento todos os projetos de novos parques, reabilitações de parques, é numa perspetiva de ligação e de criação de corredores.

A Cogestão que aceitamos e os trabalhos que estamos a fazer no âmbito da cogestão da paisagem protegida.

E naturalmente, temos a questão do POC e adaptação ao POC que estamos a fazer e só não adiantamos mais, mais uma vez, porque em muitos casos somos bloqueados por pareceres absurdos da CCDR, porque senão muito já podia ter sido feito.

Ao nível da energia, vai à próxima Assembleia Municipal, o concurso para a substituição integral para LED de toda a iluminação pública.

Relativamente ao Centro de Bem-Estar Animal, já lhe disse várias vezes, o meu desejo é que não estivesse a durar tanto tempo, mas as coisas são como são, e nós somos também a nossa ação e a nossa circunstância. Neste momento os prazos que estamos a conseguir obter são muito longos.”

6.5.2.2 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Respondendo à Senhora Deputada Municipal Margarida Paulos.

Relativamente ao CRO, nós estamos já em fase final de projeto, já em fase de elaboração das especialidades, e, portanto, a nossa expectativa é lançar o concurso da empreitada no início do próximo ano. O projeto já está detalhado, tem sido articulado com todos os atores, nomeadamente também, com a Provedoria do Animal, no sentido de termos um novo Centro de Recolha Animal que cumpra todos os requisitos atuais e também os futuros.

E já agora dizer que, só recentemente, porque aqui na área foi a última que referiu de bem-estar animal, nós temos tido e estamos a desenvolver novos projetos e dou o exemplo de três ou quatro, em que recentemente,



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

criamos a escolinha canina precisamente para fazer a ligação com aquilo que é a necessidade dos munícipes também se habituarem a ter uma relação diferente com os seus animais, estamos também a desenhar um novo projeto de envolvimento da área do bem-estar animal, com os nossos serviços junto das escolas para que haja um contacto mais regular com as escolas, e temos também continuado um compromisso e à semelhança do início do mandato, temos aumentado o número de veterinários disponíveis, ainda agora, mais recentemente, entrará uma nova veterinária, precisamente e aqui o nosso objetivo é aumentar desde logo a capacidade de estabilização para o exterior, designadamente, às famílias mais carenciadas e também sabemos que o cheque veterinário está já em fase de consulta pública e entrará no início de 2025.”

6.6 – Usou da palavra a Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA);

6.6.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente, os desafios que enfrentamos na nossa cidade são inúmeros e preocupantes. Muitos deles são visíveis e sentidos diariamente pelos almadenses, mas, infelizmente, este executivo continua a "assobiar para o lado", ignorando problemas alarmantes.

No entanto, permita-me fazer uma ressalva e dar os parabéns aos serviços camarários que, efetivamente, com muito pouco fizeram uma excelente apresentação cheia de projetos, projetos 3D, pareceu-me quase a demonstração do ChatGPT. Parabéns aos técnicos, efetivamente fizeram um excelente trabalho.

Poderíamos aqui abordar as falhas graves na recolha de resíduos, a falta de limpeza da cidade, as passeadeiras por pintar, a inexistência de um plano estratégico claro para o Concelho, ou até o facto de os almadenses ainda esperarem à chuva nas paragens de autocarro, porque este executivo falhou até nessa tarefa.

Contudo, nesta nossa primeira intervenção, decidimos focar-nos num tema central para o Partido Chega: a educação.

A descentralização de competências na área da educação foi apresentada como uma promessa de progresso, um compromisso com a igualdade de oportunidades no acesso universal ao ensino. Infelizmente, essa promessa não passou disso mesmo... uma promessa não cumprida.

Assim, trazemos hoje a esta Assembleia Municipal, questões concretas sobre algumas escolas do nosso Concelho, que refletem o impacto direto desta má gestão na vida das nossas crianças, famílias e comunidade educativa.

- Escola Básica da Alembração no Feijó.

Tetos de cortiça com infiltrações antigas, janelas partidas substituídas por contraplacados, isolamento térmico deficiente, e um total desrespeito pelo conforto e bem-estar de alunos e professores. Os espaços exteriores, em vez de áreas verdes funcionais, resumem-se a terra e ervas daninhas. Quando será feita uma intervenção nesta escola para resolver estas situações?

- Escola Primária N.º 2 do Feijó.

A falta de refeitório continua a obrigar as crianças a deslocarem-se para a Escola da Alembração, ao sol, frio ou chuva. Perguntamos: para quando a construção de um refeitório próprio, garantindo o conforto e segurança destas crianças?

- EB/JI do Alfeite.

Com a escola encerrada para obras, a transição para a Escola Conceição e Silva, foi feita sem qualquer transporte adequado para as crianças, sujeitando-as a deslocações longas e difíceis. Por que razão esta situação não foi planeada de forma a salvaguardar a segurança e o bem-estar destas famílias?

- EB/JI N.º 1 do Alfeite a Escola do Bairro.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Isolada, sem acessos adequados, e com autocarros incapazes de se deslocarem ou a aproximarem-se da escola, obrigando as crianças a se deslocarem desprotegidas, à chuva. Além disso, as condições estruturais da escola mostram claramente que precisa de uma remodelação de raiz ou ser completamente repensada. Existe algum plano para resolver estas questões?

- A Escola Marco Cabaço.

A Escola Marco Cabaço enfrenta problemas graves de infiltrações em pontos específicos, incluindo o pré-fabricado e a biblioteca, que tornam as condições de aprendizagem inadequadas. Que medidas concretas estão a ser tomadas para resolver estes temas, garantindo um ambiente propício à educação?

- Escola Secundária Daniel Sampaio:

Recentemente, um incêndio na mata adjacente à Escola Secundária Daniel Sampaio, levantou dúvidas sobre a segurança do espaço e a responsabilidade pela limpeza, afinal quem é responsável por limpar aquele terreno? Que ações estão previstas para garantir a segurança dos alunos e prevenir futuros incidentes?

- Escola Básica da Trafaria.

A escola onde tivemos a última Assembleia Municipal, está num estado lastimável: casas de banho com pedaços de mangueira presos às torneiras para evitar que pinguem, portas partidas e inutilizáveis, e lixo espalhado pela rua que dá acesso à escola, entre tantas outras situações.

Não me preocupa que os Deputados Municipais tenham estado num local em tão más condições, mas preocupa-me profundamente, que as nossas crianças estejam sujeitas a esta realidade todos os dias. Senhora Presidente, estas crianças merecem respeito como todas no nosso Concelho. Não as negligencie, nem permita que continuem a ser educadas nestas condições indignas.

Senhora Presidente, com todos os problemas relatados, questionamos: para quando um projeto real para melhorar o estado de todas as escolas do nosso Concelho?

Caso me sobre algum tempo, eu estou disponível para o disponibilizar à Câmara Municipal para responder a todas as questões.”

6.6.2 – Usaram da palavra a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal para prestarem esclarecimentos ao Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA).

6.6.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes, na montagem eu vou só esclarecer, eu acho que são quarenta e cinco slides, dos quais só três têm maquetes, eu até protestei porque queria mais maquetes daquilo que está.

Portanto, em quarenta e dois, são obra mesmo feita. É mesmo obra feita.

Ainda bem que fala do ChatGPT, mandaram-me isto por graça, à pergunta à inteligência artificial, que alguém me fez no domingo passado, deve ser para a preparação. O Concelho de Almada está mais desenvolvido hoje do que estava em 2017? Sim, o Concelho de Almada apresentou um desenvolvimento significativo desde 2017.

Alguns dos principais aspetos a serem considerados são: 1.º, melhoria das infraestruturas; 2.º, habitação; 3.º, economia; 4.º, espaços públicos e sustentabilidades; 5.º, educação e cultura. Isto é inteligência artificial. Espero que a sua possa também acompanhar.

6.6.2.2 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes, andou à procura com certeza, nas escolas do Concelho, de deficiências. Existem, ninguém disse que elas não existiam. O Município não pode de um momento para outro,



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

fez só este ano quarenta e oito intervenções em escolas, mas tem uma lista de prioridades e vai pelas mais urgentes. E muitas coisas que disse ai não correspondem à realidade. Sabemos bem, que a Trafaria é um pré-fabricado com cinquenta anos de existência, que tem que ser substituído e que está no PRR para ser substituído. Há muito pouco tempo na Escola Básica 2,3 da Trafaria, de facto, é uma escola onde não é possível ter condições de conforto para as nossas crianças, mas onde é feito tudo aquilo que é possível, para colmatar as dificuldades de um pré-fabricado pesado, que não é ligeiro, é pesado, com cinquenta anos de existência.

O projeto está pronto e será candidatado em PRR, será um centro escolar, que terá pré-escolar e 1.º Ciclo, que alargará a oferta na área, o pré-escolar irá ganhar também com isso, porque as escolas que têm 1.º Ciclo passam para esse centro escolar e alargaremos a oferta do pré-escolar e, portanto, tudo isso está pensado. É muito fácil eu chegar e dizer que está tudo mal.

Agora, de facto, nós tivemos um conjunto de escolas que nos chegaram com condições de facto, deficientes, nós temos em parque escolar sessenta escolas e recebemos quinze agrupamentos. Portanto, tudo isso é uma tarefa titânica que é preciso resolver, mas que nós estamos atentos. E as escolas sabem que nós estamos atentos, é essa a satisfação que nós temos. É que nós sabemos que as escolas sabem que nós estamos atentos e que quando há um problema que é prioritário ele é resolvido, se calhar em detrimento de outros que estariam na lista, e que não é naquele momento. Mas não é a desgraça que o Senhor Deputado Municipal disse. Podemos todos dizer que é, mas não é.

Portanto, aquilo que eu lhe posso dizer é que, este ano para além da capacidade instalada que foi aumentada, de aumento de salas que pré-escolar, de aumento de salas de 1.º Ciclo, que significaria que os alunos não teriam lugar, mas desde que eu me lembro e estou há muito tempo na Charneca de Caparica, que não era possível responder aos alunos que se candidatam ao 1.º Ciclo, nas matriculas a todos os alunos. Foi possível e com vagas. Vagas que nos têm estado a permitir integrar os meninos que ao longo do ano letivo nos chegam dos países mais diversos. Nós e o Ministério da Educação, temos respondido a tudo. Tudo aquilo que é pedido de vaga coisa que não acontecia há muito tempo, e todos nós sabíamos o que era o empurra dos processos dos meninos desde setembro até dezembro e às vezes íamos fazer sala, já aconteceu na vida deste Concelho, ir fazer uma sala em dezembro porque naquela altura pôr um monobloco porque não havia onde meter os meninos que andavam a circular.

Portanto, as questões são prioritárias. Elegessem-se prioridades, e aquilo que estamos a fazer é isso mesmo. Responder em primeiro lugar à capacidade instalada, em segundo lugar responder aquilo que são as obras mais prioritárias e lá chegaremos a todas aquelas que sendo prioritárias ainda não lá conseguimos chegar. Mas vamos chegar.”

6.7 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE);

6.7.1 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu queria começar por uma nota introdutória, tendo em conta que a primeira questão que vou colocar e que me parece muito pertinente e que é recorrente apresenta-la aqui em sessões de Assembleia Municipal.

Na última sessão a Senhora Presidente, a Senhora Vice-Presidente e o Senhor Administrador dos SMAS, não se dignaram a comparecer nesta Assembleia Municipal, dizer apenas que não é de bom tom que isso aconteça, é apenas um reparo, um protesto, mas de qualquer forma eu vou colocar aqui de novo a questão porque da última vez, ninguém me soube responder quando a coloquei, e que tem a ver com os abrigos nas paragens dos transportes rodoviários, eu não há quanto tempo andamos a falar nisto nas reuniões de Câmara e nas Sessões da Assembleia Municipal, sinceramente não sei o que é preciso dizer mais, agora é importante é que nos respondam, mas que nos deem uma resposta concreta, para que as pessoas saibam quando é que realmente podem ir para uma paragem à chuva e ao sol, e têm abrigo ou têm onde se sentar, porque há pessoas com uma certa idade que estão na paragem, cerca de 10, 15, 20 minutos à espera do autocarro. E por tudo isto, exigimos, os munícipes e nós enquanto Deputados Municipais, uma resposta que de facto, nos satisfaça e que nos garante que isso vai acontecer.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Mas eu continuaria com uma questão que me parece muito pertinente neste momento. Já que continua a insistir tanto nessa questão de operacionalização da Polícia Municipal, permita-me fazer-lhe uma pergunta muito direta. Concorda que a Polícia Municipal deva ter mais competências, nomeadamente, a detenção de cidadãos e de cidadãos? E num caso mais recente, por exemplo, no Norte do país até deu jeito para expulsar uma cidadã de uma Assembleia Municipal, apenas e só, pelo facto de exercer legitimamente e forma educada, o direito de expressar a sua opinião? Esta questão é particularmente relevante, quando temos Presidentes de Câmara da Área Metropolitana de Lisboa o Carlos Moedas, por exemplo, ou o seu companheiro de partido Ricardo Leão, que defendem claramente competências da Polícia Municipal, almejando quiçá assumir o papel dos serviços com uma força repressiva ao seu dispor, isto não é só particularmente relevante, é também sem dúvida muito preocupante.

Portanto, Senhora Presidente, considerando os exemplos mencionados e que todos conhecemos, tendo em conta que a Polícia Municipal foi sempre um dos grandes sonhos da direita, neste caso em particular, do PSD, vossos parceiros de governação, adivinhando-se pelo que temos assistido a algumas perturbações na vossa pareceria com a direita, o que perguntamos, é se vai continuar na reta final do mandato, a alimentar o sonho do PSD, e insistir na operacionalização da Polícia Municipal que em nada contribui para resolver os problemas reais que afetam as pessoas no concreto.

Pretende mesmo nos meses que restam à frente desta Autarquia, deixar um legado para que futuros executivos, sejam eles de direita ou pelo exemplo que temos, até mesmo do Partido Socialista, possam também eles querer assumir um papel de Sheriff utilizando-as como uma força coerciva e opressora? Ou, se enquanto Presidente eleita por um partido supostamente de esquerda, vai fazer aquilo que lhe compete que é, direcionar esforços e recursos para o que realmente interessa. Criar mecanismos, encontrar soluções para melhorar a vida das pessoas. E não nos parece de todo que este tema seja uma prioridade.

Ficam as perguntas e a opinião.

Mas falemos sobre habitação.

E sim, Senhora Presidente, isso tem que ser uma prioridade. Tem que ser uma prioridade a reabilitação do parque habitacional quer autárquico, quer do IHRU. E sabe porquê Senhora Presidente? Porque visitamos os bairros e ouvimos as pessoas. E sabemos todos e todas, e a Senhora Presidente também sabe, que grande parte das famílias que residem neste bairro vivem em casas sem um mínimo de condições de habitabilidade. A Senhora também sabe tal como nós. E esse tem que ser o foco Senhora Presidente, a reabilitação e a manutenção do parque habitacional autárquico, tem que ser uma prioridade e essa é uma responsabilidade vossa. E um claro exemplo disso Senhora Presidente, do fraco investimento que tem havido na reabilitação, portanto, não percebi muito bem as palavras que a Senhora Presidente disse no início, mas provavelmente uma incapacidade minha, um claro exemplo disso, vejam bem, dos 600.000.00€ (seiscentos mil euros) previstos para reabilitação, apenas cerca de 60.000.00€ (sessenta mil euros) creio eu, foram aplicados, veremos se nos conseguem explicar.

Tal como é importante que nos façam o ponto da situação sobre o projeto de arrendamento jovem, sem qualquer desenvolvimento desde o início do mandato, e, portanto, é importante sabermos o porquê.

Senhora Presidente, não lhe vou dizer nada que não saiba, não lhe vou dizer nada de novo, tal como nós, os Senhores sabem que a carência habitacional em Almada é um grande problema. E um problema que tem vindo a crescer que afeta uma boa parte da população do nosso Concelho. Portanto, ouvindo-a atentamente na sua intervenção inicial, fiquei permita-me dizer-lhe, que me pareceu em muitos momentos completamente desfasada da realidade. E todos conseguimos perceber o que é que nos trouxe a este estado caótico de carência habitacional, todos nós sabemos isso. A gentrificação em muitas zonas da cidade a acelerar a exclusão dos grupos mais desfavorecidos, o aumento de custo de vida, a precaridade laboral, os baixos salários, a grande especulação imobiliária a dominar o mercado de arrendamento, tornando inacessível a uma grande parte da população e por isso também percebemos todos porque é que bairros como o 2.º Torrão, Penajoia ou outros bairros ilegais, não surgem e não crescem por acaso.”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.7.2 – Usaram da palavra o Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal para prestarem esclarecimentos ao Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE).

6.7.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal José Rocha, relativamente aos abrigos, houve um procedimento que foi lançado e que teve que ir abaixo, portanto, estamos a lançar um novo procedimento. Sabemos todos que são procedimentos muito complexos, depois se Senhor Vereador quiser dar mais detalhes, mas levantou muitas questões que me parecem importantes serem respondidas e quero deixar tempo para a questão da habitação.

Relativamente à Polícia Municipal, deixe-me só fazer um à parte, no nosso partido nós não dizemos companheiros, somos mesmo camaradas. É só para relembrar aqui umas coisas. E somos mesmo de esquerda.

Agora, mesmo quando não concordamos com a opinião uns dos outros e às vezes também acontece, porque também neste grande partido há uma coisa que prezamos muito que é a liberdade de pensamento de cada um.

As competências da Polícia Municipal de Almada estão definidas em regulamento. Portanto, sobre essa matéria é claro. A Polícia Municipal de Almada, estava prevista no programa eleitoral deste segundo mandato, não do primeiro, e pelo que foi sufragado pelos almadenses e o PS ganhou as eleições autárquicas com este programa, não foi o caso do Bloco de Esquerda, e, portanto, estamos a cumprir aquilo que foi sufragado pelos almadenses, onde estava incluída a Polícia Municipal e nós honramos os nossos compromissos.

Relativamente, à habitação permitam-me só dar aqui uma nota, sabemos que há condições deploráveis na nossa habitação municipal. Houve uma questão que eu não respondi à Senhora Deputada Municipal Margarida Paulos, é que também ao nível das alterações climáticas e da energia, a nossa primeira comunidade de energia é justamente nos 3 Vales com a instalação de painéis fotovoltaicos de produção de energia que baixa a fatura da energia para as populações mais carenciadas.”

6.7.2.2 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal José Rocha, a carência habitacional é um problema não só do Concelho de Almada, é um problema da região da Área Metropolitana de Lisboa, das Áreas Metropolitanas do nosso país, do país, da Europa, por ventura até do mundo ocidental.

Aqui no Concelho de Almada, nós temos aumentado nos últimos anos e muito, os recursos destinados a resolver a carência e os problemas na área da habitação. Em várias áreas. Falou das reabilitações, eu não sei onde é que foi buscar esse número. Nos últimos anos nós em termos de investimento, recursos financeiros dirigidos à área das reabilitações estamos a falar de quase 4.000.000.00€ (quatro milhões de euros). Nós estamos a falar de trezentas e quatro habitações municipais requalificadas, quarenta das quais de forma total até este momento, quatrocentas e quarenta e três pequenas intervenções, só neste momento temos empreitadas a decorrer de mais de 2.500.000.00€ (dois milhões e quinhentos mil euros) que reabilitarão mais de cem habitações no parque habitacional municipal, e isto é uma realidade que é vista todos os dias. Ainda ontem me faziam chegar de uma página conhecida que acompanha a realidade da habitação pública do Concelho de Almada, as reabilitações que a Câmara Municipal está a fazer e as atribuições que está a fazer, aliás, basta consultar as notícias e o site da Câmara Municipal para ver.

Temos também em construção noventa e cinco fogos de habitação municipal, temos o protocolo de colaboração com o IHRU de várias centenas de novas construções de renda classe média, temos um edifício que há mais de uma década estava emparedado, que está a ser totalmente reabilitado, mais doze fogos para atribuição, temos estado a realizar novos agregados, a fazer uma coisa que não era feita há anos, adequação de tipologias para gerir melhor o parque habitacional, temos também respondido e há pouco o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco, falava dos núcleos precários do 2.º Torrão, pela primeira vez houve uma resposta pública de habitação a famílias do 2.º Torrão, sessenta e três agregados realojados da vala do 2.º Torrão, estamos a falar



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

de quase duzentas pessoas. Até ao final do ano, mais um núcleo precário será totalmente eliminado, com o fim do precário das Terras da Costa, estamos a falar de setenta construções, sessenta e três famílias.

Portanto, temos estado a cumprir aquilo que é a Estratégia Local de Habitação, na dimensão de ataque à resolução dos núcleos precários dando mais condições às famílias, adquirindo quarenta e nove casas financiadas a 100% pelo PRR, para dar resposta ao Habit'Almada.

Portanto, aquisição, reabilitação, construção, aquilo que temos estado a fazer é alocar muito mais recursos, muito mais energia desta Câmara Municipal a um problema da habitação. Nós não dizemos que é um problema do Estado Central, certamente que o Estado Central tem muita responsabilidade, mas a Câmara Municipal assume as suas responsabilidades na gestão do parque público municipal."

6.8 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Luís Pedro Durão (PSD);

6.8.1 – O Senhor Deputado Municipal Luís Pedro Durão (PSD):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É importante realçar que a análise do estado do município constitui uma obrigação constante de cada ator político do Concelho. Este dever não se esgota nas Assembleias Municipais e Reuniões de Câmara. Assim, todos os dias, nesta cidade, para os que estão presentes nesta sala, são dias de debate sobre o estado do município.

O debate é construído por propostas camarárias, moções, requerimentos, entre outros. Em suma, o debate municipal é sinónimo de trabalho autárquico. Contudo, questiono, com alguma perplexidade, o que estamos a trabalhar hoje para os almadenses? O que ganha o município com este debate? O que ganha o cidadão de Almada?

Sem desconsiderar a oportunidade concedida aos cidadãos, no início desta reunião, para apresentarem os seus problemas, a segunda parte, o debate em si, revela-se frequentemente como um exercício supérfluo e partidário, cujo custo para os contribuintes traz pouco ou nenhum retorno para os almadenses.

Seria preferível convocar assembleias extraordinárias para discutir temas específicos, de forma a encontrar soluções para questões como a higiene urbana, os problemas habitacionais, a atração de investimento, os surtos de vandalismo do último mês ou até problemas mais concretos, como o caso do pavilhão do Ginásio Clube do Sul, sobre o qual a informação disponível, pela Câmara Municipal, é escassa, face à gravidade do problema.

Neste sentido, o PSD considera importante, ainda que seja apenas por meras palavras, salientar as principais questões do município, bem como apresentação de soluções que a Câmara Municipal poderá ter em conta se assim considerar as posições do PSD.

Começemos pela higiene urbana, um tema transversal a toda a Área Metropolitana de Lisboa. O que inicialmente parecia ser uma situação passageira revelou-se, com o passar dos meses, um problema estrutural que exige um reforço orçamental, alocação de recursos humanos e revisão profunda dos processos operacionais para alcançar melhores níveis de eficiência.

As melhorias dependem, antes de mais, da valorização das carreiras dos trabalhadores, da higiene urbana, tanto ao nível da remuneração como da formação. Por outro lado, o município permanece inativo no que diz respeito a melhorias ligadas à transformação digital. E este pequeno à parte, a transformação digital à inteligência artificial, não é resolvida apenas pelo modelo do GPT. Esse tem um modelo de captação muito fraco para resolver os problemas do Município.

A verdade é que a operação de higiene urbana poderia beneficiar da instalação de sensores nos principais contentores e da introdução de Wi-Fi nos veículos camarários, permitindo criar rotas de recolha mais eficientes, em tempo real. Apesar dos custos iniciais elevados, o retorno a longo prazo justifica plenamente o investimento.

Porém, não basta reforçar o orçamento para resolver o problema do lixo. Sem alterações culturais, programas pedagógicos e soluções estratégicas, o lixo continuará a acumular-se nas nossas ruas.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Aliás, Almada tem sido o palco perfeito para um desfile de contrastes e contradições. Aquilo que deveria diminuir, como o lixo acumulado, as ervas daninhas nos passeios, o tráfego sufocante, os bairros clandestinos e a crescente sensação de insegurança, não conhece limites e cresce a olhos vistos.

Por outro lado, o que deveria florescer, as grandes obras do Município, permanecem paralisadas, condenadas ao pó das salas de arquivo, enredado em processos burocráticos, como atos administrativos de natureza kafkiana e, mais preocupante ainda, numa notória falta de vontade política.

Exemplos de projetos que ainda não saíram do papel incluem o Almada Innovation District, a reabilitação do Cais do Ginjal, a ampliação da Escola Maria Emília de Sousa, a rede integrada de ciclovias do Concelho e a habitação camarária para a classe média. Propostas perdidas em arquivos e dossiers, que teimam em não sair da cabeça de alguns vereadores e da Senhora Presidente.

Assim consideramos que estes temas são suficientes para iniciar uma discussão produtiva para a sociedade almadenses, não desperdiçando, totalmente, o dinheiro e tempo dos cidadãos.”

6.8.2 – Usaram da palavra a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal para prestarem esclarecimentos ao Senhor Deputado Municipal Luís Pedro Durão (PSD).

6.8.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal Luís Durão, relativamente a este debate, como sabe, se há coisa que eu gosto é de debater. Portanto, a Assembleia Municipal é livre de tentar e propor as Assembleias Extraordinárias que entender, eu sei que uma vez também se queixaram que nós próprios estávamos a promover demasiadas Assembleia Extraordinárias. É um assunto que os Senhores Deputados Municipais devem resolver com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Relativamente ao modelo propriamente dito, eu acho que à semelhança do que acontece ao nível nacional, há um dia do debate do estado da nação, parece-me saudável do ponto de vista democrático introduzir também este modelo aqui, acho que dignifica a Assembleia Municipal.

A dignidade do debate depende dos seus participantes, portanto, depende de todos nós, se me permite.

Tenho todo o gosto em fazer um debate exclusivo sobre o Ginásio Clube do Sul, eu hoje não tenho muito tempo para isso, como raramente tenho, mudem as grelhas e já sabe que falar e responder não é o meu problema,

Só dar nota que, não há falta de vontade política, convido-o a ouvir outra vez a minha intervenção inicial.

O protocolo do IHRU são três mil e quinhentas casas para arrendamento acessível. Três mil e quinhentas casas, é o maior projeto de arrendamento acessível do país, em todo o caso da Área Metropolitana de Lisboa. Mas não quero deixar de falar da higiene urbana, embora nós já tenhamos sensores nalguns contentores.”

6.8.2.2 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Começo por dizer, fazem sempre as mesmas perguntas e eu dou as mesmas respostas. Não posso dar outras, se desse outras eram incoerentes.

Sabemos todos e o Senhor Deputado Municipal começo por o dizer, é um problema transversal à Área Metropolitana, é de facto. É de facto um problema transversal à Área Metropolitana, isso não nos alegra, o mal de muitos não é conforto, mas é verdade, temos que encarar isso como uma realidade.

Sabemos também, e não é por acaso que isso acontece, porque as entidades reconhecem todas, que houve um aumento exponencial da produção de resíduos e isso também é um facto, também não nos consola.

Também sabemos que, a falta de civismo dos cidadãos contribuem para isso. Também não temos que deitar a culpa e ficar contentes, temos que resolver o problema. Mas tudo isto são sinergias que se cruzam e que fazem com que a situação seja a que é.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Aquilo que acontece e que aconteceu em Almada, e eu já expliquei isto na reunião de Câmara, já expliquei na 3.ª Comissão e hoje vou aqui dizer outra vez o mesmo, nós sabemos e temos consciência da dificuldade e a dificuldade explica-se, nós tivemos este ano, que assinar um termo de responsabilidade em termos de recolha dos bio-resíduos, que não estava tão temporalmente exigente como passou a ser, e isso roubou-nos em termos até das próprias candidaturas que tínhamos e dos retornos que daí podíamos ter, e das metas que temos de cumprir porque senão seremos sujeitos a multas e pioramos a situação, isso levou-nos de facto, a que tivéssemos uma situação muito difícil de obra na questão da higiene urbana. Mas resolvemos o problema. Não podíamos estar à espera de ter dois anos para lançar concursos, fazer recrutamentos para listas que se esgotam num instante e que ficamos outra vez à espera de ter gente para recrutar, tomamos uma medida e tomamos uma medida que foi discutida em Câmara, e foi discutida na 3.ª Comissão, que significa para o Município um investimento de 3.000.000.00€ (três milhões de euros). E significa porquê? Porque nós tivemos que ir sem mexer, e é isto que acho que temos todos que ter claro, sem mexer e sem ir para aquilo que todos querem empurrar porque já não dizem de outra maneira, dizem mesmo assim, para a privatização. Ninguém está a fazer privatização nenhuma dos serviços. Temos o nosso núcleo fundamental de trabalhadores, que lá estão, são eles, sempre estiveram e continuam a estar.

Tivemos que recorrer por força das circunstâncias e de tudo isto que eu já disse, de reforço, e o reforço encontramos-lo, tínhamos que fazer reforço também de viaturas, porque nós temos não sei se sabem, mas nós temos no terreno três turnos por dia, e os carros são muitas vezes os mesmos, nem sempre os mesmos, mas muitas vezes os mesmos, o que nos dava uma enorme fadiga da oficina. E se não houver carro, não há circuito. Portanto, juntando tudo isto, aquilo que fizemos foi a opção por circuitos complementares que nos iam permitir fazer uma gestão muito mais equilibrada da distribuição das nossas equipas, e que nos irá permitir dar descanso às nossas viaturas, podendo garantir todos os circuitos. Tivemos de reduzir o esforço enorme de trabalho suplementar, que todos sabemos que também traz fadiga aos trabalhadores e reforçar exatamente os fins de semana para que possamos dar aos nossos trabalhadores o fim de semana, ao domingo, sempre e sem necessidade de estar a recorrer.

Portanto, não há redução como aparentemente querem dizer dos trabalhadores, não há redução de trabalhadores. O núcleo forte de trabalhadores continua.

Portanto, aquilo que eu vos quero dizer é, o problema existe, e o Senhor Deputado Municipal Luís Durão diz e reconheceu que ele existe e é transversal. Agora, não pode é dizer que não estamos a fazer nada, isso é que não pode dizer. Que há uma melhoria visível, há, que tomamos medidas e que foram medidas que foram muito pesadas para o orçamento do Município, mas tomaram-se e continuaremos a tomar e que é nosso objetivo obviamente, ter o espaço público limpo como não podia deixar de ser.”

6.9 – Usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Maria Amélia Pardal (CDU);

6.9.1 – A Senhora Deputada Municipal Maria Amélia Pardal (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Começaria por dizer que, depois da intervenção da Senhora Presidente da Câmara, viemos do caos e estamos quase, quase no paraíso, falta pouco. E eu iria passar a falar do paraíso.

São as pessoas, o seu bem-estar, a sua qualidade de vida, a possibilidade de serem mais felizes que têm que estar no centro das preocupações de quem assume a responsabilidade de gerir áreas tão importantes como o equipamento urbano; a energia; os transportes e comunicações; a educação; ensino e formação profissional; o património, cultura e ciência; os tempos livres e desporto; a saúde; a ação social; a habitação; a proteção civil; o ambiente e o saneamento básico; a defesa do consumidor; a promoção do desenvolvimento; o ordenamento do território e urbanismo e a cooperação externa.

São estas atribuições dos Municípios que a lei fixa. Todas elas visando a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das populações, em articulação com as Freguesias.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

No Planeamento e gestão Urbanística, aquilo que em 2017 o PS afirmava e a Senhora Presidente também, que resolveria em meses – a revisão do Plano Diretor Municipal –, chegados ao final de 2024 não está feita, nem sabemos quando estará. E não basta dizer que é um problema de bom senso da CCDR ou do Governo.

O que se passa com o Plano de Urbanização Almada Poente, o Plano de Pormenor do Ginjal, não há informação, os Planos da Costa da Caparica, não sabemos se decidiram para-los, mas temos que saber como estão porque não andam, o que se passa? É preciso dizer quer à Câmara Municipal, quer à Assembleia Municipal, quem decide sobre estas matérias. Não basta dizer que não andam, é preciso dizer porquê.

O Plano de Urbanização de Almada Nascente, o Plano de Pormenor de Cacilhas, o Plano de Pormenor do Centro Terciário da Charneca de Caparica aprovados e em vigor, o que se passa com estes instrumentos? O que aconteceu? O que se prevê?

Nenhum destes planos teve execução ao longo destes sete anos de gestão. Para quem tudo era fácil, simples e rápido, ter-se-ão perdido no caminho? Pensamos que não é preciso perceber o que se fará ou não com estes planos. Admitimos, naturalmente, que é preciso atualizar muitos dos planos aprovados, mas é preciso dar contas deles, são questões estruturais e estruturantes para o nosso Concelho.

As áreas urbanas de génese ilegal? Este problema continua com inúmeras situações por resolver. Primeiro, criaram uma unidade orgânica específica, era a solução para todos os males, mas não foi. Extinguiram depois esta Unidade Orgânica e quantas Áreas Urbanas de Génese Ilegal no Concelho, terminaram os seus processos? Até hoje nunca recebemos um documento que retrate a situação real destes territórios na atualidade.

Os territórios com AUGI mais complexas e de risco não apresentam soluções no quadro legal existente. Sabemo-lo. É preciso que a gestão municipal trabalhe em propostas que possam, com outros municípios da Área Metropolitana de Lisboa, e com os governos, encontrar soluções legislativas que resolvam estes graves problemas a médio e longo prazo.

Sem planeamento integrado do território não há desenvolvimento do território.

Sem planeamento, podemos ver condenado o acesso a importantes financiamentos comunitários.

Sem Instrumentos de Gestão do Território aprovados e atualizados não há gestão e planeamento transparentes do território.

Sobre as questões da habitação, o Senhor Vereador disse há pouco que, é uma situação transversal a todas as Áreas Metropolitanas, é um problema da Europa. Bem, mas já era. Mas em 2017, os Senhores diziam, que o único problema era a CDU não ser capaz de resolver o problema. Nós também sabemos que é um problema complexo que está para além de Almada, que está para além das Áreas Metropolitanas, mas gostaríamos de colocar esta área estratégica onde os problemas atuais são muito amplos e preocupantes, nós consideramos, porque se fez tão pouco face ao prometido? Foram ditos muitos números, muitas coisas, mas é preciso no concreto perceber o que é que efetivamente foi feito.

O que dizer das Terras da Costa, do 2º Torrão, do Chegadinho, do Rato ou da Cova do Vapor? O que foi feito para alterar efetivamente a situação e dar condições dignas às comunidades?

Na questão da mobilidade, outra área estratégica particularmente sensível para as próximas décadas, a intervenção municipal tem sido dirigida ao alargamento e criação de mais espaços para o transporte individual: Rotundas e mais rotundas para lá caberem mais carros e mais estacionamento em vias anteriormente livres para circulação.

Sobre a política de estacionamento dissuasor, às promessas eleitorais de 2017 de construção de parques de estacionamento na periferia, associados ao estímulo e promoção da utilização de transportes públicos coletivos, sucedeu apenas uma política de taxação do estacionamento que se alarga paulatinamente a todo o Concelho.

Gostaríamos também, relativamente às obras de alargamento do IC 20, que sabemos que decorrem de enquadramento legal para os Itinerários Complementares (IC), a maioria PS/PSD tem visto a obra acontecer sem



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

que os Almadenses sejam devidamente informados sobre o que está em causa com aquela intervenção, o que se pretende alcançar exatamente, as fases da obra e quando e como vai ficar quando concluída.

Relativamente às questões do espaço público. O espaço público, em todas as suas dimensões, desde a remoção de resíduos sólidos domésticos, passando pelo mobiliário urbano, tratamento de espaços verdes de enquadramento e proximidade e sensibilização ambiental, a situação vivida pelos Almadenses é inaceitável!

O lixo amontoado por todo o Concelho, e espaços verdes de enquadramento e proximidade e espaço público em geral profundamente degradados, são a demonstração de uma enorme incapacidade de resposta por parte do Município, que assim permite a degradação das condições em que o serviço público é prestado às populações, a que se segue o desenvolvimento de processos de privatização da prestação destes serviços.

Assistiu-se ao longo destes sete anos a um desinvestimento nos programas de educação e sensibilização ambientais, particularmente junto dos mais jovens, que existiam nas escolas, que como sabemos, contribuem de forma decisiva para a melhoria do comportamento cívico e ambiental dos cidadãos.

Nas questões da saúde, destacamos uma incompreensível e dolorosa indiferença, perante a reiterada exigência da população da Trafaria de reabertura do seu centro de saúde com a valência de cuidados de saúde primários, cuja imperiosa necessidade a maioria PS teima em não querer resolver.

No que se refere aos equipamentos culturais, afirmou a Presidente de Câmara no primeiro mandato, que havia poucos equipamentos, curiosamente encerraram alguns – o núcleo da Música Filarmónica, o Centro de interpretação de Almada Velha conhecido por Salão das Carochas e o núcleo do Museu Naval, sem instalarem estas valências noutra qualquer lugar e que se saiba, que se tenha visto, não construíram nenhum novo equipamento cultural.

No tocante às questões da água e saneamento, ao brutal aumento de preços cobrados pelo consumo de água no Concelho, deliberado pela maioria PS em 2022, acrescenta-se a falta de manutenção e renovação das redes de abastecimento de água e de saneamento básico, que sabemos atingiram já o limite de vida útil em função da data em que foram instaladas.

Em 2017, onde não havia nada, onde tudo era um deserto e o caos, existia um programa de renovação da rede de abastecimento de água e saneamento, que a CDU tinha em marcha e que a maioria PS/PSD decidiu ignorar com as perigosas consequências e riscos que daí decorrem para o Concelho.

Não somos nós quem o diz, é a ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos: nos últimos cinco anos, apenas 0,3% da rede de abastecimento de água com mais de 10 anos de vida útil, foi objeto de renovação em Almada!

Finalmente constatar que uma organização desta dimensão, como a Câmara Municipal, está mal, muito mal, quando quem gere não consegue consolidar um corpo dirigente robusto, estável e capaz de manter a estrutura a funcionar e a dar resposta nas diversas frentes aos nossos munícipes. Por maiores que sejam os esforços e dedicação de todos os trabalhadores e dos dirigentes...sem estrutura estável e organização adequada não há ação capaz.

Os almadenses querem, precisam, merecem e exigem mais e melhor!

Mais cedo ou mais tarde, acreditamos que mais cedo que tarde os nossos munícipes terão oportunidade de fazer ouvir a sua voz, expressando a sua vontade, exigindo um concelho de verdadeiro progresso e desenvolvimento capaz de ser efetivamente um Concelho exemplar para viver, fruir e trabalhar!"

6.9.2 – Usaram da palavra o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro, a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal para prestarem esclarecimentos à Senhora Deputada Municipal Maria Amélia Parda (CDU).

6.9.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Senhora Deputada Municipal Amélia Pardal, eu vou ser muito breve e peço desculpa se um bocadinho brusca.

Também quando eu cheguei disseram-me que o PDM estava pronto. Agora, não sabia que não havia carta de património, não havia carta de ruído, a REN não estava concluída, a RAN não estava concluída, não havia Carta Educativa, e posso continuar.

O que eu sei, é que quando pedi o caderno de atividades da revisão do PDM, em treze anos, tinha uma listagem de workshop e consultas públicas. Tudo é muito interessante, agora volto a referir, não havia REN, não havia RAN, não havia Carta de Património, não havia Carta de Ruído, não havia Carta Educativa.

Portanto, eu desafio qualquer pessoa a vir demonstrar que isto é mentira. Das duas uma, ou os Senhores levaram convosco a documentação, eu posso garantir que na Câmara Municipal de Almada essa documentação não estava disponível.

Depois, fala em caos? Senhora Deputada Municipal, não fomos nós que construímos um Estádio Municipal sem licença, não fomos nós que não regularizamos o terreno onde está o Pavilhão dos Desportos, não fomos nós que atribuímos apoio a clubes de futebol e que autorizamos construção desses Clubes em terrenos privados.

Eu lamento que vos ofenda, e cada um ofende-se com o quer, mas que havia o caos, havia o caos Senhora Deputada Municipal. Havia o caos, havia bem escondidinho, mas bastou chegar alguém de fora para se ter deparado com o caos. O caos não apenas nos procedimentos, como na manutenção dos equipamentos.

Pergunta-me a Senhora Deputada Municipal sobre o PDM. A questão do PDM está pronta. Já houve uma primeira aprovação condicionada, foi tudo revisto, voltamos a ter que fazer a REN.

Entretanto, deixe-me lembrar, houve também o POC, que, entretanto, foi aprovado e que também tivemos que reaprovar. O PUAN – Plano de Urbanização Almada Nascente. O PUAN é simples, a Câmara Municipal de Almada gastou 2.000.000.00€ (dois milhões de euros), não há plano de mobilidade, não houve um plano de estrutura, não houve. Até lhe posso dizer, o plano é tão bom, que há um túnel do Brejo que tem prevista a sua entrada, não prevista a saída, não sabemos por onde é que sai.

O Plano de Cacilhas está pronto, está revisto e temos estado a negociar, que também isso os Senhores, ao fim de vinte e cinco anos, ainda não tinham resolvido a questão com a parte privada da permuta feita. Também está revisto.

O Ginjal. Nós respeitamos na íntegra o plano que deixaram, estava em consulta pública, fizemos uma exposição. Sabe tão bem quanto eu, que neste momento, o único entrave do Ginjal, é para entrarmos em contrato de urbanização, se deve à APA que recorreu de todas as decisões, foram tomadas no vosso tempo, curiosamente. Portanto, os problemas que neste momento o Ginjal tem e que está em Tribunal, eram do vosso tempo, sabe porquê? Porque eu acho extraordinário, aprovaram um plano sem terem a garantia de que outra parte tinha a titularidade plena dos terrenos. Também é da sua responsabilidade Senhora Deputada Municipal.

Relativamente aos equipamentos municipais, o Salão das Carochas, fomos nós que voltamos a dar o nome Salão das Carochas e está um pouco desatenta, porque o Salão das Carochas é com grande alegria que tem uma programação plena e que voltou a ser de facto a Sala de espetáculos que devia ser.”

6.9.2.2 – O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à questão que foi referida da falta de investimento na infraestrutura dos SMAS. É notório, infelizmente, as pessoas sentem sempre que há estas intervenções profundas porque causam grande transtorno diário, as inúmeras intervenções que têm que ser feitas na reabilitação umas mais pequenas, outras com outra dimensão, nomeadamente, a intervenção na 10/1, no Texugo, bem como uma série delas em Almada Velha.

É um trabalho que temos vindo a fazer e iremos continuar a fazer, reforçando também com a necessidade de substituição de algumas, nomeadamente, no que diz respeito à questão do reabastecimento que há pouco foi



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

referido na Rua do Juncal, que vai resolver um problema estrutural de reabastecimento de água à Costa da Caparica.

Relativamente às AUGI. É um trabalho como sabem, estamos a falar de Área Urbana de Génese Ilegal, em que foi criado um regime transitório para a sua regularização. E aquilo que tem sido feito é um trabalho contínuo, não é por não haver agora uma divisão que esse trabalho não tem sido feito, tem sido feito em trabalho de colaboração e como sabem, todos, é algo que também depende das associações.

Sabemos que as associações muitas delas têm dificuldade de reunir, uma série de dificuldades. Contamos de qualquer forma, até ao final do ano, regularizar duas das AUGI, uma delas de grande dimensão, nomeadamente, a Quinta dos Porfírios.”

6.9.2.3 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Muito rapidamente para responder às questões do Centro de Saúde da Trafaria.

Todos sabem que o Centro de Saúde da Trafaria fechou e não é o Município que o pode abrir. E todos sabem que o edifício que nem sequer estava no âmbito da transferência de competências, não era para nós, e que nós forçamos a que viesse para nós, e foi um primeiro passo importante, e abrimos as portas que estavam fechadas, abrimos as portas para a vacinação e abrimo-lo agora, inauguramo-lo ontem, como Centro de Repostas Integradas da Saúde e do Social, porque são valências que se interligam e que muito têm a beneficiar quando abordadas juntas. E, portanto, só para ficarmos claros, não é centro de saúde porque nós não abrimos centros de saúde. Nos termos de protocolos que podem evoluir no sentido de preencher efetivamente, algumas outras dificuldades. Temos lá serviços de saúde oral, apoio psicológico, centros de vidas saudáveis, temos o centro de apoio à vida independente e temos um balcão nacional de saúde, os serviços partilhados do Ministério da Saúde, que vai permitir receituário, teleconsultas, e tudo aquilo que tem a ver com receitas e renovação de medicamentos e que vai já ter um passo, este protocolo significa um passo no sentido de responder às dificuldades daquela população e evitando muitas deslocações ao Centro da Costa da Caparica. Portanto, não nos podem acusar de nada daquilo que nos acusaram.”

6.10 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Sérgio Faria Bastos (PS);

6.10.1 – O Senhor Deputado Municipal Sérgio Faria Bastos (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Almada Território de Muitos

Almada é um território onde todos encontram o seu espaço e onde vivem valores como a multiculturalidade, diversidade, solidariedade e tolerância. É também um território de pessoas, de natureza, de cidade, rio e mar.

É isto que queremos para o nosso futuro.

Mas para tal há que avaliar aquilo que foi feito e que falta fazer, bem como o rumo a seguir para um futuro melhor para todos os almadenses.

Elencando aqui o que foi feito nos últimos sete anos, recordando que neste intervalo de tempo se enfrentaram muitos desafios como é o caso da pandemia do COVID.

Qual a avaliação que fazemos? Claramente positiva.

Almada e a península de setúbal estão a sofrer grandes transformações. A população do concelho está a aumentar, um conjunto de competências foram transferidas do Estado Central nas áreas da educação, da saúde e dos apoios sociais, sendo necessário projetar e construir um território mais coeso, e ao mesmo tempo termos instituições mais transparentes e ao serviço da população de Almada.

No primeiro mandato foi necessário avaliar o que vinha a ser feito pelos anteriores executivos, com algumas práticas que se consideravam desfasadas das exigências atuais, tendo sido, pois, necessário implementar



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

reformas estruturais, incluindo a reformulação de instrumentos de planeamento bem como projetar investimentos que, sem os instrumentos de financiamento comunitários adequados, poderiam levar décadas a serem atingidos.

Existe hoje uma nova dinâmica, Almada tem hoje uma nova centralidade, e os Almadenses acompanham essa centralidade com crescente exigência e participação cívica, o que deve motivar a todos os que intervimos no espaço público e político.

Podemos afirmar que o Concelho de Almada está hoje mais coeso, mais resiliente e mais preparado para os desafios do futuro.

Importa salientar algumas das principais obras efetuadas pelo atual executivo.

Realço a melhoria de infraestruturas mais estruturantes e a necessitar de intervenção no nosso Concelho, como a EN 377, a Estrada florestal e a Av. do Mar, assim como a EN 10-1 e a requalificação a uma série de zonas adjacentes.

Salientamos também, a aposta nos transportes coletivos e a criação de uma nova rede de transportes rodoviários mais eficientes, que por fim abrange todo o território. E não podemos deixar de realçar o prolongamento do metro até à Costa da Caparica e Trafaria.

No que concerne ao relacionamento do município com os seus munícipes, foi efetuado o alargamento dos espaços cidadão, tendo sido criados espaços de atendimento social em todas as Freguesias e Uniões de Freguesia, graças à parceria com as IPSS do nosso concelho, assim como dois Centros de Respostas Integradas de Almada (CRIA), um no Laranjeiro e outro na Trafaria, para as populações mais frágeis, estando em curso um terceiro centro.

Como já referi, a requalificação do espaço público foi uma das prioridades deste executivo que se refletiu em todo o Concelho e de forma muito significativa.

Destaca-se assim, a requalificação do Largo de Cacilhas, a criação do Parque Atlântico, a requalificação da Rua dos Pescadores, da Rua dos Trabalhadores Rurais no Monte da Caparica, à Praceta Porto de Lisboa na Trafaria, do Jardim da Cova da Piedade, à rua Capitão Leitão e Avenida do Cristo Rei, da reabilitação do Mercado do Levante ao Campo Soares dos Reis, entre outras intervenções.

O Município conta fazer mais, nomeadamente a construção da nova loja do Cidadão, na Romeira, os Centros de Saúde na Costa da Caparica e no Feijó, bem como aos investimentos associados às duas operações integradas, tanto no Monte-Trafaria como na Costa da Caparica, com o Agroparque.

A habitação é uma das prioridades da Câmara Municipal de Almada, pois o aumento do preço das habitações e das rendas é atualmente um dos principais problemas de Almada e do país, sendo uma situação que abrange tanto famílias carenciadas, como de classe média e a que urge dar resposta.

Assim, numa primeira fase, optou-se pela criação um regulamento que não existia à data para saber quem eram os residentes nas casas municipais, para que se possam atribuir mais casas com base em critérios mais justos.

A Câmara Municipal de Almada, apostou ainda nos apoios ao arrendamento, para facilitar o acesso às habitações.

Ainda no que diz respeito à habitação neste momento estão a ser contruídos cerca de uma centena de fogos, estando previstos mais 140.

Espera-se que estas habitações possam beneficiar centenas de agregados familiares, que atualmente não têm resposta para os seus problemas de habitação

É ainda expectativa do município que até final do mandato, se possa acabar de acabar com pelo menos um dos maiores bairros de barracas existentes no nosso Concelho.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Uma palavra para o projeto Innovation District que tem o potencial de vir a dotar Almada de uma nova centralidade, associada ao conhecimento, à tecnologia e requalificando uma parte significativa do seu território.

Outra prioridade que se identifica na intervenção deste executivo é a relevância e centralidade das questões relacionadas com a sustentabilidade ambiental.

Trata-se de temas transversais e multidisciplinares, que abrangem múltiplos departamentos municipais, bem como do Governo Central, e que tem a sua génese na necessidade de um bom planeamento do território que terá repercussões a médio e longo prazo.

A expansão do metro até à Costa e à Trafaria trará uma nova forma de mobilidade não só para Almada, mas a toda a área metropolitana, em particular no Arco Ribeirinho Sul, e contribuirá, em conjunto com o reforço da oferta de transportes públicos, para uma mobilidade menos dependente do transporte individual e consequentemente mais amiga do ambiente e mais sustentável.

Todas estas intervenções, irão conferir uma nova centralidade ao eixo Costa - Trafaria, reforçando esta ideia de um Município com várias centralidades contribuindo assim para um território mais coeso, mais ordenado e mais sustentável.

Gostaríamos ainda de reforçar a oportunidade do projeto do Agroparque, com a reconversão dos territórios das Terras da Costa, bem como a dinamização da economia local, com a criação de uma marca, tendo uma agricultura mais sustentável, permitindo conciliar as boas práticas agrícolas com um bom desempenho económico para os agricultores e a promoção de uma marca associada ao mar e às Terras da Costa.

Ainda relativamente às questões da sustentabilidade, e neste caso, com uma vincada componente social saliente ainda os projetos direcionados para a eficiência energética, como a instalação de painéis fotovoltaicos para equipamentos municipais, como na zona dos 3 vales, ou até a substituição da iluminação pública por tecnologia LED, como foi já aqui referido.

Mas também na vertente da dinamização das atividades económicas o Município de Almada não tem estado parado.

Em primeiro lugar com o já referido projeto do Innovation District poderão vir a instalar-se naquele território empresas multimunicipais.

A atualização e modernização dos instrumentos de gestão territorial, Planos de Pormenor e o Plano Diretor Municipal (PDM) é vital para a atração de novos investimentos.

Atualmente encontra-se já em fase de finalização o PDM aguardando e desejando que as entidades competentes do Estado Central se pronunciem sobre este instrumento de gestão territorial.

Queremos também deixar aqui uma palavra para o trabalho que tem sido desenvolvido pela Proteção Civil, vetor determinante para o desenvolvimento de um território que se quer resiliente e preparado face ao incremento de fenómenos extremos que assolam o nosso país.

A Proteção Civil que tem por missão e finalidade e a prevenção de riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, atenuação dos seus efeitos e a proteção e socorro de pessoas e bens que eventualmente possam estar em perigo. A Proteção Civil em Almada era principalmente reativa e não preventiva. Foi necessário corrigir esse paradigma.

O Município de Almada elaborou e aprovou diferentes planos de emergência.

Foram iniciados o Estudo de Risco Sísmico ALMADA –COMUNIDADERESILIENTE e o Programa de Avaliação e Gestão de Riscos Costeiros, tendo a Câmara Municipal integrado o Fórum Europeu para a Segurança Urbana e Fórum Português para a Prevenção e Segurança Urbana.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Foi ainda iniciado um programa direcionado para a nossa Comunidade nas áreas da formação e sensibilização do risco. Uma Comunidade mais preparada para identificação e mitigação dos riscos, é obviamente, uma comunidade mais resiliente.

Aqui chegados e após este relato de uma parte do trabalho desenvolvido pelo executivo municipal importa referir que a qualidade desse trabalho é do executivo camarário, mas também de todos os seus trabalhadores e que nos acalentam a esperança de num futuro próximo termos uma Almada mais coesa, mais sustentável, com maior dinamismo económico e menos desigual.

Termino como comecei Almada Território de Muitos, um território de todos que promova os valores de abril ou seja a liberdade, a diversidade, a pluralidade e a tolerância.”

6.10.2 – Usaram da palavra a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira, a Senhora Vereadora Francisca Baptista Parreira e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal para prestarem esclarecimentos ao Senhor Deputado Municipal Sérgio Faria Bastos (PS).

6.10.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Agradecer ao Senhor Deputado Municipal a sua intervenção, que também nos permite abordar aqui uma questão que foi pouco ainda abordada e que diz respeito à questão de Almada como terra de acolhimento e de integração.

Por outro lado, aquilo que abordou e que é importante, que é o esforço que temos feito ao nível de Almada enquanto um território resiliente para tudo o que é alterações climáticas e aí é uma candidatura que fizemos e que foi aceite, que é muito importante, porque se na base está o Serviço de Proteção Civil, o Plano das Cidades Resilientes é muito mais abrangente e envolve todas as áreas. Envolve naturalmente, as áreas ambientais mas também ao nível das áreas das infraestruturas, dos equipamentos e das habitações, envolve a parte do planeamento que é essencial, a adaptação do território, e naturalmente, também aquilo que é a requalificação da nossa paisagem protegida e como eu disse no outro dia, na celebração dos 40 anos da paisagem protegida, nós temos que sair desta lógica de preservar um ecossistema como se fosse um jardim zoológico do qual vimos de fora, nós temos que aprender e ser elementos desse mesmo ecossistema. É assim que temos que aprender a viver no futuro.”

6.10.2.2 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dizer que sim, Almada é uma terra de acolhimento, Almada tem em desenvolvimento para além do Plano Municipal de Integração dos Migrantes onde estão previstas todas as medidas de acolhimento aqueles que nos procuram. Temos uma quantidade de projetos no âmbito da cultura, no âmbito do social, com associações e Juntas de Freguesia para acolhimento dos nossos migrantes. Dizer que temos cento e trinta e duas nacionalidades e cerca de dezassete mil migrantes. São uma população para nós muito importante, e temos procurado sempre através destas intervenções reduzir efetivamente, as desigualdades que sabemos que todas estas populações têm.

Temos uma operação integrada através da qual estamos a desenvolver através do Centro Comunitário Madama Faber, onde estão sediadas um conjunto de associações todas de intervenção comunitária e muitas delas junto de migrantes, que vão desde a requalificação do espaço público a problemas no âmbito da saúde mental, de diversíssima ordem e portanto, todos estes projetos e toda esta intervenção, tem sempre um objetivo, reduzir as desigualdades e não considerar toda esta população como um problema, como um peso, mas sobre esta diversidade construir a diversidade de Almada. E penso que isto é um caminho que tem sido feito, está a ser feito e continuará a ser feito.”

6.10.2.3 – A Senhora Vereadora Francisca Baptista Parreira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A Senhora Presidente de Câmara deu nota aqui que na área do Serviço Municipal de Proteção Civil, foi fundamental e importante trabalhar na área da prevenção. Almada tinha efetivamente, um Serviço Municipal de Proteção Civil já reconhecido, mas que trabalhava a parte e a componente reativa quando na área da prevenção há muito para fazer, quer a nível nacional, quer no próprio Concelho de Almada, que ao todo pertence.

E, desde logo, a existência de planos, quer o plano de risco catástrofe, quer o plano de emergência e proteção civil que ainda não estava aprovado pela ANEPS, quer outros planos, nomeadamente, o programa que estamos a desenvolver de risco de galgamento costeiro conjuntamente com um estudo com o LNEC, era fundamental para que possamos estar preparados para o risco e preparados para a catástrofe. Ela vai acontecer um dia, e quando acontecer, nós temos que estar preparados para enfrentar esse mesmo risco.

Mas, para além das questões do planeamento que são fundamentais, é preciso exercitar as comunidades e desde logo levaria aqui muitas horas para falar dos projetos que implementamos, é preciso exercitar as comunidades, para terem comportamentos regulados e saberem enfrentar o risco. Os meios quando chegam para o socorro, os meios quando chegam para enfrentar o acidente, chegam sempre de uma forma que não é igual à necessidade da reação imediata. Portanto, é fundamental que o cidadão ele próprio, tenha comportamentos e saiba agir, e saiba prestar ajuda e apoio e prestar ajuda aqueles que necessitam e que estão ao seu lado, e para isso é preciso muito trabalho na área da sensibilização, muito trabalho na área da educação, e por isso estamos a realizar simulacros com a comunidade escolar em todas as escolas do Concelho, que são meses e meses de trabalho na área do exercício.

Portanto, dar-vos nota, por fim, que Almada resiliente, que hoje pertence naturalmente, às cidades resilientes o grande problema da ONU é que somos parceiros, Almada resiliente depende de todos nós, constrói-se com todos nós, mas constrói-se também com a formação adequada e com preparação dos cidadãos que estão lá fora e que contam connosco, mas que teremos também que contar com o cidadão para se autoproteger."

6.10.2.4 – A Senhora Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero partilhar convosco que é com uma grande alegria, eu não falei da Biblioteca Itinerante no âmbito da cultura, não falei dos novos pontos de bibliotecas, por exemplo, na Charneca da Caparica, mas também é extraordinário ver o dinamismo das nossas bibliotecas e confesso que, entre estar aqui e estar ali naquela cheia a ouvir poesia, "mon Coeur Balance" o que quer dizer, o meu coração está aqui, mas também está um bocadinho ali."

7 – Iniciou-se uma nova ronda de intervenções nos termos do n.º 4, do artigo n.º 70.º, do Regimento da Assembleia Municipal.

7.1 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP);

7.1.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente, realmente é verdade, eu por acaso, sempre tive uma relação muito próxima com Cascais, quer até familiar e também nasci e vivo em Almada, mas já vivi também em Oeiras. Há pouco não dei o exemplo de Oeiras, mas é outro Município que também deixa muito Almada a desejar. Só não morei foi em Campo de Ourique ainda, já tenho uma relação próxima com Cascais e com Oeiras, mas em Campo de Ourique nunca vivi.

E fazendo aqui muito rapidamente uma comparação e fazendo aqui umas contas. Há pouco a Senhora Presidente disse que vem muita gente viver para Almada, ainda bem que vêm e podiam com certeza vir muito mais, talvez se a Senhora Presidente não mandasse nos destinos do Concelho.

Nos últimos Censos e fazendo aqui as contas, Almada cresceu 0,54% e Cascais 3,72%. Portanto, Senhora Presidente, eu sei que os socialistas não são muito bons a fazer contas, portanto, ficaria aqui também nos Anais do Município.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Depois a Senhora Presidente falou aqui de demagogia, que a minha intervenção tinha sido demagogia quando falei aqui na questão da Margueira. Demagogia fez a Senhora Presidente quando andou com o antigo Primeiro Ministro António Costa e com Fernando Medina, a anunciar projetos, nomeadamente, todos nós nos lembramos, a extensão do metro à Costa da Caparica, ao qual um dos anteriores Ministros do Ambiente lhe passou a perna, se me permite a expressão, Senhora Presidente, onde não incluiu no PRR aquilo que vieram aqui apresentar.

Portanto, demagogia, Senhora Presidente, acho que estamos muito bem conversados.

Mas podemos estar ainda melhor, porque demagogia é o que está aqui dito nesta entrevista, isto sim é um perfeito exercício de demagogia, porque não sei que Almada é esta Senhora Presidente, porque a maioria de nós aqui estão e também a maioria dos municípios, não se reveem com certeza nas suas declarações. Mas é democracia a funcionar e respeitamos.

Depois aquilo que eu pergunto é, já que a Senhora Presidente não respondeu, eu perguntei sobre o plano para o turismo, o plano para a economia e desenvolvimento, plano para o investimento. Eu faço outra pergunta, a Senhora Presidente costuma ir lá fora, vendendo, no bom sentido da palavra, o Concelho, vai lá fora apresentar projetos, maquetes, mas o que é que trouxe de novidade para Almada? Que investimentos a Senhora Presidente trouxe aqui para o Concelho? É que por aquilo que temos verificado, não trouxe ainda nada. Eu não sei se por ventura a Câmara Municipal pertencesse a outra força política, qualquer ela que seja, se calhar não haveriam investimentos, talvez sim, talvez não. Mas eu acho que o que se passa aqui mesmo por parte destes investidores ou da falta deles é mesmo uma questão de confiança e penso que estes possíveis investidores não têm confiança em si, e se não tem que explicar porque é que não consegue trazer investimentos quando vai lá fora apresentar os projetos.

A Senhora Presidente há pouco disse que se os planos não são colocados em prática são inúteis. Senhora Presidente, é sua gestão.”

7.1.2 – Usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal em resposta ao Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP).

7.1.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada:

“Senhor Presidente, senhores/as Deputados/as Municipais;

Tirando os espaços e os sítios onde o Senhor Deputado Municipal António Maco viveu, não sei bem o que responder. Não viveu em Campo de Ourique, é um Bairro super agradável para se viver. Sinceramente, não sei se sabe sequer qual é que é o significado da palavra demagogia, não sei ao que se refere relativamente ao antigo Primeiro Ministro António Costa, o que eu sei é que todo o processo foi iniciado pelo anterior Governo e em boa hora, o atual Governo e o atual Ministro Miguel Pinto Luz, não pôs em causa os projetos que tinham sido lançados, e tivemos uma cerimónia na Costa da Caparica, para oficializar o lançamento do traçado e do projeto já de arquitetura para o traçado do metro até à Costa da Caparica.

Isto não é demagogia, é a realidade e vai ver em breve porque eu também já temos estado a ver, os projetos reais dessa extensão.

Portanto, já que citou António Costa é a palavra dada é palavra honrada e, portanto, o metro vai mesmo chegar à Costa da Caparica.”

7.2 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA);

7.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente, a falta de habitação acessível é um dos temas sensíveis da atualidade. É difícil compreender como é que o nosso Município apresenta taxas urbanísticas para novas construções das mais elevadas do país.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

No nosso Concelho, o valor médio total em taxas urbanísticas para a licença de construção de uma habitação unifamiliar é de cerca de 65.00€ (sessenta e cinco euros), um valor que ultrapassa largamente a média nacional. Para agravar a situação, o prazo de emissão dessas licenças chega a ultrapassar os dois anos.

Em contraste, no Concelho vizinho do Seixal, as taxas por m² são cerca de metade das praticadas em Almada, e as licenças são emitidas em menos de seis meses.

O Seixal tem menor densidade populacional e apresenta ainda um valor na rubrica de Loteamento e Obras de cerca de 13.000.000.00€ (treze milhões de euros), enquanto Almada regista cerca de 4.800.000.00€ (quatro milhões e oitocentos mil euros), segundo os orçamentos camarários para 2024.

Estes números mostram claramente que este executivo, por aplicar taxas urbanísticas elevadíssimas, não tem conseguido promover a construção habitacional e trazer novos residentes no Concelho. As pessoas enfrentam um processo moroso e desmotivador, que só agrava a crise habitacional.

Assim, deixamos as seguintes perguntas:

- 1 - Que medidas está este executivo a tomar para reduzir as taxas urbanísticas, tornando-as mais competitivas e incentivando a construção de novas habitações no Concelho?
- 2 - Que ações concretas estão a ser implementadas para encurtar os prazos de licenciamento, que atualmente ultrapassam os dois anos?
- 3 - Considerando o exemplo do Seixal, que consegue gerar mais receita na rubrica de Loteamento e Obras com taxas inferiores e prazos mais curtos, que estratégias irá Almada adotar para melhorar a eficiência e competitividade neste setor?
- 4 - De que forma pretende o executivo promover um parque habitacional acessível e digno no Concelho?

É fundamental que Almada deixe de ser vista como um Município que penaliza quem quer construir uma habitação condigna.

Trazemos ainda a esta Assembleia Municipal um tema que tem gerado grande preocupação entre os munícipes: a falta de estacionamento e a implementação de medidas punitivas sem alternativas adequadas.

Assistimos à aplicação do novo Regulamento de Estacionamento, que delega à Wemob a gestão e fiscalização das zonas de estacionamento tarifado e o poder de multar carros estacionados de forma irregular. Este regulamento, embora necessário para ordenar o trânsito e promover a mobilidade, está a ser aplicado de forma desajustada e punitiva. Em vez de criar soluções, a Câmara Municipal parece ter optado por um modelo de repressão, multando condutores em locais onde, durante anos, sempre estacionaram de modo improvisado, embora de forma irregular, devido à inexistência de alternativas.

O que vemos é uma estratégia que reprime e cobra, mas não resolve.

Não se criam assim soluções de estacionamento, como fazem concelhos vizinhos que requalificam o espaço público para criar mais lugares e ordenar o trânsito.

Deixamos as seguintes perguntas:

- 1 - Para quando uma política que promova a criação de lugares de estacionamento, nas zonas com maior densidade populacional e zonas residenciais e comerciais mais afetadas?
- 2 - Na futura transição dos serviços para o edifício da EDP, onde se prevê que a procura por estacionamento aumente, que alternativas serão criadas para evitar conflitos entre moradores e utilizadores?
- 3 - Por que razão a Câmara Municipal não considerou soluções intermédias, como baias ou zonas delimitadas para estacionamento, em passeios largos, como acontece noutros Municípios?
- 4 - Qual é a visão estratégica da Câmara Municipal para o ordenamento do estacionamento no Concelho e como pretende equilibrar a fiscalização com a criação de condições adequadas para quem precisa de estacionar?



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Estas perguntas não são apenas nossas, mas refletem as preocupações diárias dos almadenses, que sentem que este regulamento, tal como foi implementado, está mais focado em multar do que em resolver problemas estruturais.

Pedimos, portanto, respostas claras e compromissos concretos.”

7.2.2 – Usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal em resposta ao Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA).

7.2.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal, é comovente a admiração que o CHEGA tem pelo Seixal.

Relativamente à habitação acessível, eu volto a referir, ao nível da habitação acessível pública entre aquilo que são os investimentos da Câmara Municipal e o protocolo do IHRU, que eu devo dizer que é o maior projeto. Eu não tenho tempo aqui para fazer o meu lamento sobre a dificuldade que temos tido, nós Câmara Municipal de Almada como muitas outras, com as entidades como o IHRU, em respostas aos 58.000.000.00€ (cinquenta e oito milhões de euros) que candidatamos para a habitação, mas isso não nos impediu de avançar com projetos mesmos sem resposta.

Relativamente à questão do estacionamento e de forma muito breve.

Senhor Deputado Municipal, o Regulamento tem uma questão primordial que é, a salvaguarda por um lado dos residentes, que é uma coisa fundamental, a outra coisa, tem uma série de cartões que não existiam para uma série de utilizações para facilitar o estacionamento. Há uma série de projetos e já foram criadas uma série de bolsas de estacionamento. Agora há um problema sobretudo aqui no Centro de Almada, passeios largos é coisa que não existe. Portanto, deve estar a pensar certamente no Seixal, deve andar pelo Seixal do que por Almada.

Quero dar ainda nota do seguinte: há limites, sobretudo, as zonas mais urbanizadas podem acolher transportes individuais. Em contrapartida, como eu referi há pouco e quero reiterar essa questão, há, no entanto, prioridades, nós estamos a melhorar as redes viárias para aqueles que ainda precisam de transporte individual, mas há, no entanto, prioridades.

E a primeira das prioridades, sobretudo quando há passeios largos e sobretudo quando há disponibilidade para isso, é garantir as acessibilidades para todos aqueles que por exemplo, têm que se deslocar em cadeira de rodas ou que têm um carrinho de bebés e se possível também poder ter espaço para transporte alternativo.

Queria ainda falar de alguns dados urbanísticos. Quando nós chegamos à Câmara Municipal de Almada, era recorrente e basta ver as gravações, as pessoas virem se queixar por três anos de espera por um licenciamento. Diminuiu radicalmente. Estamos contentes com isso? Não. Temos todo um processo de digitalização, que foi aliás, o mesmo sistema de digitalização que o Seixal fez, e bem, há uns anos atrás, o concurso foi lançado, está neste momento impugnado em Tribunal, que é um problema grave e que nos impede aliás, de ter já em funcionamento um novo sistema de digitalização e de modernização administrativa.

É de facto, um problema grave, é conhecido, não é caso único, mas neste momento nem conseguimos lançar outro, nem conseguimos resolver enquanto não houver uma decisão, porque houve de facto uma impugnação em Tribunal.

Num ano houve quinze mil setecentos e dezoito requerimentos, que entraram e o número de ofícios emitidos foram dezasseis mil seiscentos e setenta e oito. Licenças de obras emitidas, cento e onze, títulos de utilização emitidos, quinhentos e trinta e nove. Receita total 6.000.000.00€ (seis milhões de euros).”

7.3 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE);

7.3.1 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Senhora Presidente, neste meu início de intervenção vou convidá-la para fazer um pequeno exercício comigo. Ponha-se no meu lugar, se conseguir, ou seja, em termos de posição, e veja no primeiro mandato, o Partido Socialista concorre sem qualquer alusão à Polícia Municipal, faz uma coligação, um acordo ou uma aliança com a direita, neste caso o Partido Social Democrata, e no segundo mandato já incluiu no programa a Polícia Municipal. Portanto, este exercício é para tentar perceber o que é que legitima a minha visão neste caso.

Quando a Senhora Presidente entra no segundo mandato o que é que nós podemos pensar? Provavelmente, antecipar a renovação de votos de casamento com o PSD. Isto é uma forma de pensar legítima e é isso que nos conduz, no primeiro mandato não há nada, faz uma aliança com o PSD, aparecem com a Polícia Municipal, tudo bem.

A Senhora Presidente diz que o regulamento está devidamente elaborado etc., mas o do Senhor Carlos Moedas também, e do seu camarada que a Senhora Presidente diz que se orgulha de chamar camarada, também, o problema é que eles querem ir para além disso, esse é que é o grande problema e a perigosidade e foi por isso que alertei.

Senhor Vereador Filipe Pacheco, enquanto estava a ouvi-lo na resposta à minha intervenção, senti por momentos que vivia num outro qualquer Concelho, outro qualquer que não este. O Senhor Vereador visita os bairros? Fala com as pessoas? Visitou as muitas casas com infiltrações por todo o lado, humidade, com as paredes negras e os tetos negros pela humidade, com as consequências para a saúde das pessoas que ali residem, sem condições dignas, sem alternativa? Depois do quadro que pintou na sua intervenção, tenho sérias dúvidas. Sabe porquê? É que nós vamos lá, nós falamos com as pessoas, as pessoas convidam-nos para ver as casas e não são assim tão poucas quanto isso. Portanto, eu queria dizer-lhe isto: de facto, a sua intervenção é completamente desfasada da realidade.

Senhora Presidente Inês de Medeiros, ao fim de sete anos de governação, com tantos projetos, tantas promessas e tantos anúncios, a vinda de um Ministro com a promessa da construção de duas mil cento e tal casas, verbas do PRR para novas construções, a visita do ex. Primeiro Ministro António Costa com uma catrefada de projetos e promessas, verdade seja dita, muitos projetos, muitas promessas e anúncios foram largamente e publicamente divulgados, o grande problema é que muito pouco ou nada foi concretizado.

Este é o estado em que se encontra o nosso Município e tem que ser assacadas responsabilidades ao Governo naturalmente, e à Câmara Municipal de Almada. À Câmara Municipal de Almada que deveria ter feito e não fez, e pelas promessas que fez e não cumpriu. Portanto, tem de nos explicar o porquê.”

7.3.2 – Usaram da palavra o Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal em resposta ao Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE).

7.3.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De forma muito simples, eu acho que quando nós apresentamos a proposta da Polícia Municipal fomos claros e fomos claros em duas matérias.

A primeira, o Partido Socialista não tinha uma posição fechada sobre a Polícia Municipal, e foi de facto a experiência e conhecimento do primeiro mandato que revelou a necessidade e a utilidade de uma Polícia Municipal. No sentido de reforçar a fiscalização e dentro do âmbito das competências das polícias municipais tal como definidas por Lei, sendo que a Polícia Municipal de Lisboa tem competências completamente diferentes de qualquer outra Polícia Municipal das Áreas Metropolitanas. O Regulamento que apresentamos cumpre escrupulosamente aquilo que são as competências das Polícias Municipais, e reconhecendo nós a importância e a utilidade dessa Polícia Municipal, nem mais, nem menos.

Portanto, acho que a resposta está dada e não tenho em conta declarações do Senhor Presidente Carlos Moedas que tem uma Polícia Municipal que é completamente diferente da nossa até em termos legais.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Agora, uma coisa lhe garanto, eu estou certa que as nossas técnicas da habitação vão mais às casas das pessoas do que o Bloco de Esquerda durante todo o ano. Elas fazem mais visitas numa semana do que o Bloco de Esquerda num ano.”

7.3.2.2 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal José Rocha, sim visito os bairros, sim tenho noção da realidade, mas também nunca me ouviu dizer que não há nada para fazer e que não há problemas identificados. Aquilo que me ouviu dizer foi quando afirmou que nada está a ser feito, aquilo que eu disse é que muito está a ser feito. Muito há ainda para fazer.

Em 2019, dois anos após o PS ter assumido o executivo municipal, foi feito um levantamento que dizia grosso modo que 43% das casas não tinham titulares regularizados, de todo o parque habitacional municipal e que 60% das casas estavam com necessidades de intervenção urgentes ou muito urgentes. Como bem sabe, o Regime Jurídico da Urbanização e de Edificação, obriga a que existam obras de oito em oito anos. Nós em sete anos muitas já fizemos. Aquilo que aconteceu para que o parque municipal público ficasse no estado em que está, é que muitas das casas, muitas das edificações, nunca tiveram uma obra de manutenção desde o tempo em que foram construídas. Portanto, certamente muito há por fazer, precisamente por isso é que o afirmei, que esta Câmara Municipal, tem posto anualmente, a quantidade de recursos que tem posto na área da habitação, isso é visível. Muito há para fazer, sim, mas muito mais nós temos feito e eu acho que isso está à vista de todos, inclusive das pessoas que vivem nos bairros. daquelas que as visitam certamente, podemos olhar e podemos não querer ver, mas aquelas que lá vivem sabem isso, sabem a obra que está a ser feita, as adequações de tipologia, as novas atribuições, não é de um dia para o outro, mas nestes sete anos muito trabalho tem sido feito e de passar a gerir melhor o parque habitacional. E termino dizendo que pela primeira vez, em 2024, é que passamos a ter uma gestão de parque público e de atribuições de candidaturas que não seja em processos de papel e seja de forma desmaterializada.

Portanto, ainda há muito trabalho por fazer.”

7.4 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Luís Amado Durão (PSD);

7.4.1 – O Senhor Deputado Municipal Luís Amado Durão (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nesta segunda ronda, Senhora Presidente, ouvi as suas respostas, mas há algo que não me sai da cabeça, que é esta revista que o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco já aludiu, e na verdade, aqui estou a olhar para esta frase da Senhora Presidente, “Almada é o melhor sitio para se viver e trabalhar na Área Metropolitana de Lisboa”. E para não haver más interpretações, eu queria dividir esta afirmação em duas partes.

Almada é o melhor sítio para viver.

Almada é das cidades com maiores problemas sociais na Área Metropolitana de Lisboa. É também uma das localidades onde os bairros clandestinos mais crescem: veja-se o Segundo Torrão, as Terras da Costa e, mais recentemente, a Penajoia. Almada é ainda o lugar onde é tão provável um jovem casal conseguir uma casa camarária como ganhar o Euromilhões.

É o Concelho onde um cidadão da Charneca da Caparica, sem carro, precisa de completar uma prova de triatlo só para chegar ao emprego.

Na Trafaria, os moradores nem têm sequer acesso a um centro de saúde, sendo obrigados a deslocar-se a outras Freguesias ou, em alternativa, arriscar confiar no curandeiro local.

E esta é a "melhor cidade para se viver" quando um trabalhador se depara com o carro incendiado de madrugada?



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Quanto à questão de "viver", parece que estamos esclarecidos. Passemos agora à parte "Almada é o melhor sítio para trabalhar na Área Metropolitana de Lisboa".

Trabalhar onde? A Senhora Presidente considera que Almada possui polos empresariais com a dimensão de Oeiras ou Cascais?

Para além das ofertas de emprego na Câmara Municipal e no setor público, que grandes empresas estão sediadas no nosso Concelho? Somos, por acaso, um polo tecnológico, industrial, logístico ou de serviços? Desde o fim da Lisnave, Almada tem-se contentado com o papel lamentável de dormitório de Lisboa, enquanto Concelhos como Oeiras, Amadora ou Cascais, souberam capitalizar as oportunidades da descentralização empresarial do centro de Lisboa.

Durante os últimos 20 anos, Almada praticamente nada fez para alterar este cenário. E, nos últimos sete anos, a responsabilidade tem sido, em grande parte, da Senhora Presidente.

Por último, considerando a fragilidade do tecido empresarial do nosso Concelho, pergunto se a estratégia da Câmara Municipal de Almada para afirmar que a cidade é "a melhor para trabalhar na Área Metropolitana", se resume a empregar a maioria dos cidadãos na estrutura municipal (Câmara e empresas municipais). E, já agora, por favor esclareçam: o cartão de militante do PS continua a ser um requisito obrigatório para a admissão de trabalhadores no quadro de pessoal?

Apesar de considerar a sua entrevista na *Revista Almada...* digamos interessante, é impossível não reparar que a Senhora Presidente aparece em mais de 12 vezes na edição atual. Assim, permita-me sugerir uma pequena mudança na linha editorial: transformar a revista numa publicação mensal, onde continuaria a fazer capa, mas com títulos um pouco mais realistas:

Edição de Janeiro: "Viva, se conseguir, aqui; trabalhe... em Lisboa."

Edição de Fevereiro: "Almada, onde a mobilidade é inconstante como o vento."

Edição de Março: "Menos investimento, menos respostas."

Edição de Abril: "50 anos... e a Lisnave e o Ginjal continuam na mesma."

Edição de Maio: "População prevenida... o seu carro pode arder durante a noite."

Edição de Junho: "Almada, liberdade para construir uma vida fora do Concelho."

Edição de Julho: "Almada, território de muitos... problemas, que sucessivos executivos continuam a ignorar."

Edição de Agosto: "Verão em Almada, mas sem o Transpraia."

Edição de Setembro: "Investir em saúde e bem-estar? Menos na Trafaria."

Edição de Outubro: "Almada: a cidade do futuro... incerto."

Edição de Novembro: "Inclusão: exceto para quem vive num bairro social."

Edição de Dezembro: "Almada, um ponto de encontro..., mas só no Natal."

Senhora Presidente, não me interprete mal. De facto, Almada é uma excelente cidade, mas não é perfeita, o que realmente a distingue são as pessoas que aqui nascem e vivem.

Mas, infelizmente, Almada tem vivido décadas na sombra de outros Concelhos que demonstraram mais iniciativa e trabalho autárquico. É esta sina que o PSD quer mudar.

Ninguém espera que a Senhora Presidente transforme o Concelho de um dia para o outro, mas esteve sete anos para o fazer e não o fez, no mínimo, pede-se seriedade nas declarações e, sobretudo mais trabalho."

7.4.2 – Usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal em Defesa da Honra nos termos do n.º 1, do artigo n.º 55.º, do Regimento da Assembleia Municipal.

7.4.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:



“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Senhor Deputado Municipal Luís Durão vai ter que justificar e fundamentar e até retratar-se da declaração que fez relativamente a qualquer condicionante de cartão de militante seja de quem for.

Senhor Deputado Municipal Luís Durão, essa sua declaração vai ter que as provar. Eu tomarei as medidas exatas, porque a sessão está a ser gravada, para o Senhor Deputado Municipal se retratar como deve ser, dessas declarações muito graves que fez e que eu não admito.”

7.4.3 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Luís Pedro Durão (PSD) em Defesa da Honra nos termos do n.º 2, do artigo n.º 55.º, do Regimento da Assembleia Municipal.

7.4.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Luís Amado Durão (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente, tendo em conta os meus comentários, acredito que possam ter sido um bocadinho extrapolados, portanto, retrato-me da posição que tomei.”

7.4.3.2 – Usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal em resposta ao Senhor Deputado Municipal Luís Pedro Durão (PSD).

7.4.3.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Começo por aconselhar o Senhor Deputado Municipal Luís Durão também a ter umas aulas de português para perceber o significado da palavra “extrapolar”. Já tivemos aqui um problema com demagogia, agora é a palavra “extrapolar”.

Agora, respondendo às suas questões. Eu acho que os almadenses estão esclarecidos sobre a imagem que pelos vistos uma parte do PSD tem da sua terra. E não tem só de agora, tem de há vinte anos.

Pois, eu devo dizer que me orgulho do trabalho que temos feito nestes últimos sete anos com o PSD que aceitou assumir as responsabilidades da governação. Pelos vistos, há outro PSD, e eu lamento sinceramente. Porque eu sei aquele que tem sido o trabalho árduo de todo este executivo no melhoramento.

Agora, fica registado, a imagem que este novo PSD tem do seu território. E há uma coisa que eu deixo aqui aos almadenses olhos nos olhos, Almada nunca será Cascais, nunca será Oeiras, porque Almada tem orgulho em ser Almada, tem orgulho do seu passado, da sua gente e acredita no seu futuro.

Quanto ao resto da sua intervenção, eu só lhe posso dizer uma coisa, como sabe o início da minha carreira foi ser atriz, não há nada pior do que um mau ator e ainda pior do que um mau ator é um cómico sem graça. Eu penso que o seu exercício foi um exercício, uma tentativa falhada de ser Ricardo Araújo Pereira.”

7.5 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Luís Filipe Palma (CDU), Joaquim Miguel Judas (CDU), João Eduardo Geraldes (CDU), José Alberto Lourenço (CDU), Sónia Pires Silva (CDU), Vasco Ramiro Gonçalves (CDU), Luís Daniel Jacinto (CDU) e António Paulo Júnior (CDU);

7.5.1 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em 2017, na campanha eleitoral, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, assegurou que a Revisão do Plano Diretor Municipal estaria concluído em poucos meses.

Passados mais de sete anos, que deixam nos almadenses o sentimento de nada ter sido feito, qual é exatamente o ponto da situação do processo de Revisão do PDM de Almada?

E relativamente a outros instrumentos de gestão do território, qual a situação dos Planos de Urbanização de Almada Nascente e Almada Poente, e dos Planos de Pormenor do Cais do Ginjal, de Cacilhas e do Centro Terciário da Charneca de Caparica?



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Quanto aos processos da transferência de competências para as Freguesias, não foram aprovados em três das cinco unidades territoriais que integram o Concelho de Almada. Perguntamos: está previsto o reinício dessas renegociações?

Ficam estas perguntas.”

7.5.2 – O Senhor Deputado Municipal Joaquim Miguel Judas (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Assembleia Municipal deliberou há cinquenta e sete dias, que a Câmara Municipal, fornecesse no prazo de quinze dias, todos os elementos informativos relevantes, relativos ao novo Centro de Saúde no Feijó e Costa da Caparica.

A deliberação da Assembleia Municipal não foi cumprida pela Câmara Municipal e somos agora informados de que na próxima segunda-feira, a Câmara Municipal irá deliberar sobre os projetos dos referidos centros de saúde.

Pode-se considerar, que este procedimento revela falta de respeito pela Assembleia Municipal.

Mas, o importante agora, é saber em que data estava prevista terminar a construção dos centros de saúde e a sua entrada em funcionamento.

A Senhora Presidente reconheceu hoje, que as instalações dos centros de saúde que foram transferidos para o Município, enfrentam graves deficiências. Como se compreende então, que a Câmara Municipal tenha assinado com o Governo do Partido Socialista um auto de transferência dos centros de saúde onde não estão identificadas as deficiências que agora encontrou. Houve negligência ou houve um favor prestado ao Partido Socialista à custa dos Municípios de Almada?

Há cinquenta e sete dias a Assembleia Municipal enxotou a Câmara Municipal, a diligência junta da Comissão Executiva do Serviço Nacional de Saúde e da Unidade de Saúde Local de Almada e Seixal, para que a Unidade de Saúde da Trafaria incluía um serviço de atendimento médico e de enfermagem tal como tem sido vontade expressa da população da Trafaria, como se revelou no abaixo-assinado recentemente entregue à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

O protocolo referido há pouco pela Senhora Vereadora, prevê que venha a ser efetuado atendimento médico e de enfermagem presencial aos doentes da Trafaria?”

7.5.3 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Galdes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Antes da pergunta que aqui me traz e a exemplo do Senhor Deputado Municipal José Rocha, vou convidar a Senhora Presidente a um exercício de memória.

Numa das reuniões iniciais do mandato anterior, a Senhora Presidente disse que não tinha paciência para ler as seiscentas páginas que os Diretores Municipais de então, à data, lhe tinham deixado sobre o estado do Município naquela data.

Se a Senhora Presidente hoje nos diz que desconhece aquilo que existia em matéria de PDM, foi porque não quis, não teve paciência para estudar aquilo que lhe deixaram e informar a tempo e horas.

A pergunta que tenho para fazer é a seguinte: de acordo com o anexo 1, do acordo de colaboração assinado em 2019, e a ditada em 2022, pela Câmara Municipal e pelo IHRU, visando a superação das graves carências habitacionais registadas em Almada, prevê-se o desenvolvimento até 2025, de nove procedimentos de construção, mil e quarenta e três fogos; um procedimento de aquisição de cinquenta fogos e quinze procedimentos de reabilitação de fogos, mil duzentos e sessenta e oito fogos, num investimento de 162.900.00.00€ (cento e sessenta e dois milhões e novecentos mil euros).



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Em finais de 2024, a pergunta que aqui deixamos é, o que está concretizado e o que está em concretização de todo este investimento?”

7.5.4 – O Senhor Deputado Municipal José Alberto Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tenho uma questão para colocar à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

Considerando a permanente interrupção da prestação do serviço público de transporte fluvial entre a Trafaria e Porto Brandão, a que se associa uma muito frequente supressão de navios da travessia entre Cacilhas e Lisboa e o atraso na entrada em operação dos novos navios elétricos, que diligências desenvolveu a Câmara Municipal junto da Transtejo e do Governo, para que estes problemas sejam definitivamente resolvidos?”

7.5.5 – A Senhora Deputada Municipal Sónia Pires Silva (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A CDU denunciou brutal aumento dos preços da água impostos pela maioria PS em 2022. A realidade está a dar-nos razão, em Almada a água é hoje uma das mais caras do país.

Entretanto, a Entidade Reguladora publicou dados estatísticos revelando indicadores preocupantes para a nossa cidade.

Almada e Costa da Caparica, apenas 0,3% da rede de abastecimento de água com mais 10 anos foi reabilitada nos últimos 5 anos e as perdas de água na rede atingem 30% da água adquirida.

Que medidas adotaram ou pensam adotar os SMAS para tronar estes números menos dramáticos?”

7.5.6 – O Senhor Deputado Municipal Vasco Ramiro Gonçalves (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Porque razão a Câmara Municipal opta por não investir nos seus serviços e nos seus trabalhadores, designadamente, não recrutando os recursos humanos necessários em diversas áreas de intervenção e não criando melhores condições de trabalho aplicando por exemplo, a opção gestionária no âmbito do SIADAP, que é valido para todos os trabalhadores da Câmara Municipal e dos SMAS, e o suplemento de penosidade e insalubridade a todos os trabalhadores com direito a ele, pelo nível mais elevado e em todos os dias de trabalho como a Lei prevê?”

7.5.7 – O Senhor Deputado Municipal Luís Daniel Jacinto (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

São públicas as queixas dos municípios relativas aos encargos de milhões de euros suportados pelos orçamentos municipais na área da educação. Situação comprovada também pelas sucessivas deliberações da Câmara Municipal de Almada, para cobertura financeira daquelas competências. Já confrontou o Governo com esta realidade Senhora Presidente?

A Senhora Presidente garantiu que a Escola Fonte Santa iria para obras para criação de um equipamento de ensino pré-escolar a partir do próximo ano letivo. Quando vão começar essas obras?

A Senhora Presidente garantiu que os alunos da EB1 do Alfeite, apenas seriam deslocados para a EB Comandante Conceição e Silva, se e quando as obras de adaptação desta escola estivessem concluídas. Os alunos foram colocados na escola, no entanto, sem as obras concluídas. Como explica esta realidade?”

7.5.8 – O Senhor Deputado Municipal António Paulo Júnior (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A transferência de competências.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A Lei prevê a criação de comissões de acompanhamento locais, da execução dos processos da transferência de competências para monitorização de processos, visando a avaliação e o conhecimento dos problemas e construção de soluções. Nenhuma destas comissões de acompanhamento foi ainda criada. Perguntamos porquê?”

7.5.9 – Usaram da palavra a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira, o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal em resposta aos Senhores/as Deputados/as Municipais Luís Filipe Palma (CDU), Joaquim Miguel Judas (CDU), João Eduardo Geraldês (CDU), José Alberto Lourenço (CDU), Sónia Pires Silva (CDU), Vasco Ramiro Gonçalves (CDU), Luís Daniel Jacinto (CDU), e António Paulo Júnior (CDU).

7.5.9.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal Luís Palma, não vou repetir o que já respondi relativamente ao PDM, as lacunas e os documentos em falta eram muitos, o que aconteceu é que houve uma aprovação condicionada com base naquelas que foram as observações das entidades, seja da APA, do ICNF, da CCDR, uma série de outras entidades, tivemos que refazer também alguns estudos e rever. Posso-lhe dizer, que a REN foi praticamente toda revista por de facto, deficiências daquela que tinha sido feita anteriormente e até por nós apresentadas. Mas não foi caso único e neste momento posso-lhe dizer que está tudo entregue. Estamos em articulação com as entidades e, portanto, está do outro lado, não está do nosso, nós temos estado a responder e a fazer as reuniões de conciliação praticamente com todas as entidades.

Agora, precisamos que as entidades sejam sensatas. Ainda agora estava a contar, tivemos uma reunião que está em Ata com o ICNF, onde houve um técnico que tinha descoberto um Decreto do Rei D. Carlos que considerava que ainda estava ativo.

Tentamos explicar que tinham acontecido algumas alterações de regime desde o Rei D. Carlos. Mas felizmente, os nossos serviços encontraram um despacho de 1951, que tinha anulado o despacho do rei D. Carlos.

Portanto, é este nível de absurdo que às vezes somos confrontados, e quando falo de bom senso das entidades, é mesmo de bom senso das entidades e que não nos façam perder tempo.

Relativamente às questões do Senhor Deputado Municipal Joaquim Judas, eu volto a dizer, nós temos alguma dificuldade até perceber o que é que se pretende, porque o conteúdo funcional é definido pela ARS, não definida por nós.

O que eu lhe posso dizer é que já está agendado a empreitada para o Centro de Saúde do Feijó, onde tem lá o caderno de encargos, caderno de encargos com o conteúdo funcional que foi definido não por nós, mas foi definido pela ARS. Aliás, nós tivemos o cuidado de mandar isso para a agora Unidade Local de Saúde, que é quem vai gerir o equipamento do ponto de vista médico e de serviços de saúde, e que aprovou o conteúdo funcional que agora suporta a empreitada.

Portanto, essa questão eu penso que é clara.

O prazo de execução que está previsto, se tudo correr bem com o concurso, já não tenho em memória o prazo de execução, mas é um prazo compatível, com aquele que em princípio é o prazo que temos disponível. Eu neste momento não lhe sei dizer o prazo exato, estamos sempre dependentes justamente, de que o concurso corra bem.

Senhor Deputado Municipal João Geraldês, mais uma vez inventa, eu nunca disse que não tinha paciência para o ler até porque o li todo. Portanto, sonho, deve ter pesadelos comigo e, portanto, deve ser um pesadelo que teve em que eu disse que não tinha paciência, porque eu tive imensa paciência para ler. Não conclui foi grande coisa daquelas seiscentas páginas e sobretudo o que lá estava escrito não correspondia à realidade do que tinha à frente.

Às vezes não tenho paciência para o ouvir, mas faço a minha obrigação com todo o respeito democrático.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Senhor Deputado Municipal José Lourenço, as diligências. Nós falamos muito regularmente. Sempre que há uma interrupção do serviço, a Transtejo comunica-nos e nós falamos muito regularmente com a Transtejo. Como sabe, não é competência nossa, mas é evidente para nós, sempre uma preocupação e uma das coisas que nós fazemos em permanência, é pelo menos aquilo que nós podemos fazer que é tentar comunicar e partilhar desde logo a comunicação e os avisos da Transtejo. São de fraco consolo, é verdade.

Relativamente aos novos navios, a única coisa que eu posso dizer é que ainda aguardamos e isso sim, e partilhamos e estamos em contacto muito estreito com a Transtejo Soflusa, que nós estamos a aguardar uma resposta do Governo para poder libertar o espaço onde está atualmente o Clube Náutico, para ter um espaço para o Clube Náutico em condições e com dignidade, onde a Transtejo poderá colocar um novo terminal e nomeadamente os carregadores dos navios. Confesso que sobre o concurso dos novos navios não tenho dados aqui para lhe fornecer.

Eu acho graça quando a CDU pede contas sobre a manutenção de equipamentos ou de infraestruturas. Nós estamos cá há sete anos, já é bastante tempo. Mas a minha pergunta é qual é que foi a percentagem de manutenção que a CDU fez em quarenta anos.

7.5.9.2 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal Joaquim Judas, eu acho que na minha intervenção fui clara e disse que não havia consultas nem de enfermagem nem de médico presencial. Disse sim, que tínhamos conseguido um protocolo com os serviços partilhados com o Ministério da Educação, que era um princípio de um caminho e veremos onde é que chegamos.

Relativamente às outras questões que colocaram.

Milhões das transferências de competências, está tudo reportado, e a consequência de estar tudo reportado é em 2024 o diferencial será quase inexistente. Isto é, foram aumentadas as prestações que nos fizemos através do FFD – Fundo de Financiamento da Descentralização e do FSM e de facto, hoje já não temos nada que se compare com aquilo que acontecia no ano anterior. É normal, são ajustes que estão a ser feitos, mas continuaremos sempre a reivindicar e a reporta e aí nós não temos nenhum problema nem preguiça.

Relativamente à Fonte Santa. Está o projeto feito, será iniciado em 2025.

Conceição e Silva tenho reunido com a Associação de Pais, com a Direção da Escola, a única questão que nos colocaram era de uns equipamentos que lá havia e quando saíam, vão para abate.”

7.6 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Ivo Filipe Almeida (PS);

7.6.1 – O Senhor Deputado Municipal Ivo Almeida (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu gostaria de deixar aqui umas breves notas.

Eu sou nascido em Almada e tal como a maioria dos presentes na sala gosto de estar atento ao meu território. E também já não sou propriamente assim tão jovem para não me recordar do que era Almada antes de 2017. Eu recordo-me.

Se há matéria que nós podemos de alguma forma concordar, é que aquela Almada que o Partido Socialista encontrou em 2017, é bastante diferente da Almada que nós temos hoje. Eu, e vou acreditar que muitos munícipes, entendem que Almada mudou bastante, Almada hoje tem uma nova dinâmica, deixou de ser o dormitório de quem trabalha em Lisboa, Almada hoje ganhou uma nova centralidade, e era isto que eu queria dizer.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Também referir uma curiosidade. Hoje foi bastante falado sobre a Revista de Almada, onde aparece a Senhora Presidente da Câmara, e até foi falada por vários meses, portanto Senhora Presidente, parabéns, a revista está a funcionar, a mensagem está a passar, as pessoas estão a falar e é isso que se pretende. Muitos parabéns.

E já agora a Presidente diz aquilo que foi criticado que é: "Almada é o melhor sítio para viver na Área Metropolitana". Bom, eu vou dizer uma coisa, eu concordo com a Senhora Presidente, eu acho que Almada é mesmo o melhor sítio para viver. Só que não verdade o teste do algodão, não eu concordar com a Senhora Presidente de que Almada é o melhor sítio para viver. O teste do algodão são as inúmeras pessoas que escolhem o nosso Concelho para fazerem aqui a sua vida, para criarem os seus filhos, aliás, inúmeras pessoas que fazem com que a população aumente como nunca aumentou anteriormente. É isto o teste do algodão. Não é a minha opinião nem a opinião da Senhora Presidente, é a população que goste de Almada, prefere Almada e escolhe Almada, isto é um facto Senhores Deputados.

Portanto, Senhora Presidente tem razão, temos razão, Almada é mesmo a melhor Cidade para viver. Não trocaria Almada por Cascais e nem preciso de ir ao Chat GPT para saber qual é a minha decisão, é mesmo Almada.

Falando agora de educação.

A educação é uma área muito importante. É importante saber também relativamente à educação, em que estado é que estavam as nossas escolas, as escolas do nosso Concelho, onde acolhiam os nossos jovens, como é que nós encontramos as nossas escolas. A realidade é que muitas das nossas escolas encontravam-se em péssimas condições para o desenvolvimento de muitos dos nossos jovens. Nesta circunstância, nas más condições em que o Partido Socialista encontrou as escolas em 2017, este executivo e muito bem, teve a necessidade de criar uma verdadeira rede escolar, verdadeira e única porque não existia antes desta. Onde operou várias aplicações, várias ampliações, adaptações e reabilitações nas várias escolas do nosso Concelho. Vou dar apenas alguns exemplos por economia de tempo, estamos a falar de 48 intervenções, seria desadequado, na escola Básica de Vila Nova de Caparica, a Carlos Gargaté, a Escola Básica Comandante Conceição e Silva, falaram há pouco da Escola da Trafaria, também existiu a implementação de um Parque Infantil na Escola da Trafaria. Vou dar um especial relevo à Escola Maria Rosa Colaço, onde os espaços exteriores foram totalmente renovados, hoje com mais cinco salas, um aumento de capacidade para trezentas e cinquenta crianças. E dizer uma coisa, estas intervenções foram necessidades das nossas escolas, necessidades dos nossos jovens, mas foram também elas o cumprimento de compromissos prestados. Porque é que foram compromissos? Porque estavam no programa do Partido Socialista, o combate ao insucesso e à melhoria da rede escolar. Eu confesso, que não sou especial adepto da expressão "promessa eleitoral", mas desta vez não posso deixar de relevar o valor do compromisso e o valor da palavra que este executivo teve, porque efetivamente cumpriu com a rede escolar e está a cumprir, não está tudo feito, mas está a trabalhar e está a fazer.

Depois, muito rapidamente passar pelo desporto.

Todos nós compreendemos a importância de combater comportamentos sedentários, vida sedentária, todos nós compreendemos essa necessidade, todos nós compreendemos a necessidade de incentivar o desporto, todos nós compreendemos a importância de um estilo de vida mais saudável, eu devo dizer que a única coisa que não consigo compreender, é mesmo porque é que o um tema desta relevância fez com que a CDU tenha votado contra a proposta de apoio à formação desportiva, isso eu não consigo compreender.

Mas dizer o seguinte, dizer que nesta matéria do desporto, sou obrigado a constatar também, que existem mudanças significativas em Almada com este executivo do Partido Socialista, desde logo porque hoje existe um plano estratégico de desenvolvimento desportivo, o que não existia. E mais, houve a criação de um Conselho Municipal do Desporto que não existia, a importância deste Concelho, é o órgão máximo de ligação, coordenação e apoio de toda a comunidade desportiva e isto demonstra uma verdadeira alteração das políticas desportivas em Almada. Uma alteração das políticas e hoje existe Senhores Deputados.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Ou seja, dizer: vai muito bem a Câmara Municipal de Almada nesta matéria, respondendo com boas políticas a um tema que não é um tema do passado Senhora Presidente, é um tema do presente e será um tema do futuro, para moldar o futuro mais saudável para Almada que é o tema do desporto.

Por fim, gostaria de passar rapidamente, pelo tema “Costa Todo o Ano”. “Costa Todo o Ano”, não é uma simples proposta, nem sequer uma medida avulsa. “Costa Todo o Ano”, mais do que isso é um conceito que esta executivo e a Senhora Presidente, entendeu que deveria ser explorado. E em boa hora o fez, devo dizer. Repare-se, nós em Almada temos uma frente atlântica imensa, mais de 13 quilómetros só de praias, mais de 13 quilómetros de areal, e este executivo teve a capacidade de identificar todo o seu potencial, seja de atração turística, desenvolvimento económico transformando numa marca, porque “Costa Todo o Ano”, é hoje uma marca, em crescimento, mas uma marca.

Começando desde logo com a prevenção e vigilância nas áreas balneares, dando continuidade ao programa Praia Protegida, passando por avançar no procedimento para a implementação das torres de vigia nas praias do Concelho. Mas dizer também, esta ideia de que toda uma frente atlântica como enorme potencial, não se podia efetivamente ficar pelas praias, não podia e não ficou. O conceito de “Costa Todo o Ano” é muito mais do que isso. São também os melhoramentos do acesso às praias como aconteceram entre a Praia do Rei e a Praia da Belavista, que esta executivo também promoveu.

E por falar em acessos, por falar em organização, dizer o seguinte: houve uma transformação daquilo que era o caos. O caos que se vivia na Fonte da Telha, uma transformação para uma maior organização, com melhor estacionamento, uma melhor atração de quem nos visita, É certo Senhores Deputados, ainda há trabalho a fazer, há coisas a fazer, há muito a melhorar, mas o que foi feito, bem como a certeza de que a Câmara Municipal está empenhada em dar continuidade ao que foi feito, merece ser aplaudido, e é o que eu faço.

Poderia falar aqui também das Terras do Lelo, o acesso alternativo às praias, Centro de Saúde da Costa da Caparica, a instalação da nova conduta de fornecimento de água à Costa da Caparica, muito importante e uma última palavra sobre o Agroparque, já sei que foi aqui falado. Mas o projeto Agroparque é um projeto importantíssimo. É um projeto de qualificação territorial, de conversão dos territórios que responde a uma tensão social, responde ao envelhecimento da população ativa, com alguma dificuldade de adaptação a novos mercados e cria sim, uma relação em que os munícipes cultivem em propriedade municipal, com qualificação profissional, apoio técnico, melhoria de rendimento e é um muito bom projeto. Muitos parabéns Senhora Presidente.

De 2017 para cá, acabou-se a ideia de que a Costa vive de forma intermitente, não vive, não vive de forma sazonal. A Costa da Caparica e a Câmara Municipal e o Partido Socialista, mantem-se empenhados em olhar para Costa com todo o potencial e importância que tem para o nosso Concelho. A Costa não está esquecida. A Costa não está abandonada, a Costa vive durante todo o ano.”

7.7 – Usaram da palavra o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro, a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira e ainda a senhora Presidente da Câmara Municipal em resposta ao Senhor Deputado Municipal Ivo Filipe Almeida (PS).

7.7.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Ainda para responder ao Senhor Presidente Luís Palma, relativamente à transferência de competências das Freguesias, quem chumbou essas transferências e quem disse que não queria que o processo continuasse foi aliás, a Freguesia de Laranjeiro Feijó.

Como sabe, a Câmara Municipal está sempre disponível para reiniciar negociações. Mas a negociação é mesmo uma negociação, não é apenas uma cadência integral de parte a parte e aliás, eu lamento, porque este processo tinha começado bem, com muita presença do Laranjeiro Feijó que, a certa altura deixou de comparecer. É algo que eu lamento profundamente.

Relativamente à educação quero só dar nota de uma questão.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Nós estamos de facto, a cumprir no âmbito do PRR grandes investimentos nas escolas que foram definidos aliás, pelo próprio Governo. Agora, nós não ficamos à espera da transferência de competências para lançar a Carlos Gargaté. Nós não ficamos à espera da transferência de competências para retirar o amianto e nunca nos escusamos na questão de que aquilo era competência do Governo Central, para deixar as nossas crianças estarem em equipamentos indignos, sempre que foi necessário a Câmara Municipal avançou independentemente da competência. Isto marcou a diferença e foi por os anteriores executivos terem considerado que bastava desculpar-se com o Governo, que as nossas escolas, assim como as nossas habitações, assim como os nossos centros de saúde, contrariamente a outros Municípios, chegaram ao estado em que estavam. É uma vergonha que a Câmara Municipal na altura não tivesse essa tal consciência de dizer que estes são equipamentos públicos para as nossas populações.

Quero também agradecer as palavras do Senhor Deputado Municipal Ivo Almeida.

7.7.2 – O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente ao SMAS, volto a dizer, é um trabalho continuo de reforço da reabilitação das estruturas, já mencionei há pouco várias e queria dizer também que, relativamente ao valor que foi referido 30% é um valor que se enquadra dentro dos parâmetros mínimos exigidos pela ERSAR e que maior parte dele, desse valor, dessa água perdida, são as chamadas perdas aparentes. Ou seja, a água não faturada. Não resultam de arrentamento de condutas ou algo do género. Claro que as temos como todos os Municípios as têm.

Relativamente também aos SMAS, tranquilizar os almadenses, que de facto, tem uma entidade altamente competente, que vem do passado, não há que negar isso, pelo contrário, e podemos dizer que reforçamos essa capacidade instalada dentro dos SMAS. Neste momento os SMAS é uma entidade certificada, tem quatro ou cinco certificações, uma delas a mais importante, tem uma qualidade de água com selo de qualidade. Há pouco foi aqui referido o Seixal, não o tem. Portanto, é um trabalho que tem sido feito com continuidade e é um trabalho em que nos orgulhamos todos de fazer, penso que a Senhora Deputada Municipal que prestou serviço por lá, também com certeza tem orgulho no trabalho feito pelos SMAS.”

7.7.2 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Terminando as respostas às questões que foram colocadas.

Efetivamente, o subsídio de penosidade e insalubridade não é verdade que a Lei diga o que o Senhor Deputado Municipal afirmou, o que a Lei diz exatamente é que serão atribuídos nível 1, 2 e 3 de acordo com o grau de penosidade insalubridade, e eu pergunto se acha se, por exemplo, um ençarregado e um cantoneiro que anda na boca do carro, tem exatamente a mesma penosidade e a mesma insalubridade. Não tem com certeza e, portanto, isso está claro na Lei, não diz isso, diz o contrário.

Segunda questão relativamente à saúde e à transferência de competências na saúde.

Claro que foi feito um levantamento rigoroso da situação e acompanhado pelos serviços da saúde, das condições em que estavam os centros de saúde. Está tudo documentado, temos tudo isso.

Porque é que nós aceitamos a transferência de competências? Aceitamos porque nós entendemos que a proximidade é uma mais valia em si próprio, e nós pensamos nas pessoas e não tanto pelo dinheiro. Pelo menos, acho que é este o nosso pensamento e que temos pensado.

Portanto, assumimos toda a responsabilidade. Vou lhe dizer mais, assumo com orgulho da satisfação daqueles que conosco trabalham do outro lado, assumo com orgulho e com satisfação. Vou só dizer-lhe, existem comissões de acompanhamento? Existem as três, na saúde, na educação e no social, existem e reúnem. Como é que está o apoio direto de primeira linha no âmbito social? Vá saber como é que estava, e não é saber como é que estava com os Senhores, é como é que estava no tempo da Segurança Social, como é que estava? E como é que está? Eu gostava de saber com seriedade, e que vissem porque eu sei como está.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Na educação também não temos tido problemas e as escolas sabem, têm uma proximidade que lhes permite de um momento para o outro, resolver um problema, seja de trabalhadores não docentes, seja de problemas de infiltração de água, com prioridades elencadas, mas existem e nós fazemos.

Na saúde exatamente a mesma coisa. Devo dizer-lhe que até outubro fizemos trezentas intervenções nos centros de saúde. E porque eu e os meus serviços não sabemos se uma torneira que está avariada, é importante para o ato médico, mais do que outra torneira que está avariada noutra sitio, nós temos aqui o diálogo com a Unidade Local de Saúde, que é a própria Unidade Local que nossa faz a seriação não podemos fazer dez intervenções num dia, é impossível, mas está seriada por quem sabe por quem diz, esta é a mais importante, esta é em 2.º lugar e esta em 3.º.

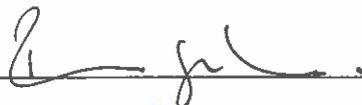
Portanto dizer que, aceitamos a transferência de competências nestas áreas e muito bem, porque continuo a achar que os passos que demos só melhoraram as pessoas, seja no atendimento, seja nas condições nas escolas, seja nos centros de saúde. Portanto, continuamos convencidos que o fizemos e bem. E como diz o Senhor Deputado Municipal José Lourenço, assumimos toda a responsabilidade dos atos que praticamos. E ninguém está a dizer que não assume. Quem está a questionar não fui eu, quem está a questionar é a CDU, não foi eu que questionei a situação, foi a CDU que questionou e eu estou a responder que, com todas as condições e com todas as dificuldades, a situação melhorou e isso é que nos interessa, melhorou para as pessoas.”

8 – Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 00H20, deu-se por concluída a reunião da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de debate sobre o Estado do Município.

9 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Presidente da Câmara Municipal (PS), da Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira (PS), dos/as Vereadores/as Senhores/as José Pedro Ribeiro (PS), Filipe Alexandre Pacheco (PS), Francisca Baptista Parreira (PS), Nuno Filipe Matias (PSD), José Luís Bucho Matos (CDU), António Sousa Matos (CDU), Helena Manuela Azinheira (CDU), Mara Rita Martins (CDU) e Jefferson Oliveira (BE).

10 – Foi verificada a presença de cerca de cinquenta munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

11 – Por ser verdade se elaborou a presente Minuta da Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE 

O 1º SECRETÁRIO 

A 2ª SECRETÁRIA 